



Universidade de Brasília – UnB  
Centro de Estudo Avançados Multidisciplinares - CEAM  
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania – PPGDH  
Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania

**LUCIANA LOMBAS BELMONTE AMARAL**

**DESAFIOS À EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO ENSINO JURÍDICO:  
um estudo a partir das representações sociais do estudante de direito**

**BRASÍLIA - DF  
2017**

**LUCIANA LOMBAS BELMONTE AMARAL**

**DESAFIOS À EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO ENSINO JURÍDICO:  
um estudo a partir das representações sociais do estudante de direito**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania do Programa de Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH) do Centro de Estudos Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília (UNB).

Área de Concentração: Direitos humanos e Cidadania

Linha de Pesquisa: Educação em direitos humanos e cultura de paz

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nair Heloísa Bicalho de Sousa

**BRASÍLIA - DF  
2017**

**LUCIANA LOMBAS BELMONTE AMARAL**

**DESAFIOS À EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO ENSINO JURÍDICO:  
um estudo a partir das representações sociais do estudante de direito**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania do Programa de Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH) do Centro de Estudos Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília (UNB).

Área de Concentração: Direitos Humanos e Cidadania

Linha de Pesquisa: Educação em direitos humanos e cultura de paz

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nair Heloísa Bicalho de Sousa

Brasília, julho de 2017.

**Banca Examinadora**

---

**Profa. Dra. Nair Heloísa Bicalho de Sousa (UNB-PPGDH – Presidente)**

---

**Prof. Dr. José Geraldo de Sousa Junior (UNB-PPGDH)**

---

**Prof. Dr. José Humberto de Góes Junior (UFG)**

---

**Prof. Dr. Alexandre Bernardino Costa (UNB-PPGDH) (Suplente)**

## DEDICATÓRIA

*Dedico esta dissertação aos cinco amores de minha vida:*

*À minha filha Luiza, por todos os momentos em que estive ausente. Minha pequenina, que esteve comigo desde os primeiros momentos de minhas reflexões neste percurso do mestrado. Ainda em meu ventre, compartilhava comigo as alegrias, ansiedades, dúvidas e inquietações sobre duas experiências grandiosas vividas ao mesmo tempo: ser mãe e ser pesquisadora. Trouxe leveza quando foi preciso; com seu sorriso, palavras novas e cantigas, iluminou os dias que pareciam ser mais difíceis.*

*Ao meu esposo Alberto, meu companheiro de vida. Por todo amor, incentivo, entusiasmo e parceria vivenciados nos últimos (quase) dez anos. Adiante, vislumbro muitos outros anos de felicidades, trocas de conhecimentos e vivências juntos. Sou grata por ter seu amor e admirada pelo parceiro e pai que se torna a cada dia. Seu apoio e compreensão foram fundamentais para me manter firme neste propósito acadêmico.*

*À minha mãe Maria Luiza, por ser o meu exemplo de mulher, mãe e filha. Desde sempre, enche-me de orgulho por sua capacidade de superar os momentos mais difíceis e de se aprimorar em tudo que faz. Por seu amor e dedicação, cumpro esta jornada certa de que o primeiro passo foi incentivado ao vê-la ser o que é: uma grande mulher.*

*Ao meu irmão Leonardo, pelo carinho, compreensão e entusiasmo compartilhados nessas últimas décadas e pela relação de amizade e de admiração que temos fortalecido a cada ano.*

*Ao meu sobrinho Gustavo, pelos dias de alegrias que vivenciamos juntos e por todos os beijinhos e abraços carinhosos recebidos.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha professora e orientadora Nair Heloísa Bicalho de Sousa pelos inestimáveis aprendizados e incentivos durante toda a minha jornada no mestrado. Seu apoio, carinho e atenção foram essenciais para prosseguir nessa trajetória duplamente desafiadora, que é ser mãe e ser pesquisadora. As ideias sobre educação em direitos humanos que busco desenvolver neste trabalho são fortalecidas a partir de nossa convivência juntas, em suas aulas e em nossos encontros de orientação. Para além das reflexões teóricas que aprendi, essa experiência me proporcionou compreender a importância do afeto na educação.

Aos professores e aos colegas do PPGDH pela troca de conhecimentos e vivências compartilhadas durante todo esse percurso. Em especial, agradeço ao professor José Geraldo de Sousa Junior pelos aprendizados em sua disciplina “direito achado na rua”, realizada no programa de pós-graduação em direito da UnB, mas também pelo apoio e incentivo em minha trajetória acadêmica.

Às professoras Maria Stela Grossi Porto e Mariza Veloso Motta Santos pelos aprendizados na disciplina de ‘sociologia das representações sociais’, realizada no programa de pós-graduação em sociologia da UnB, bem como pelas valiosas sugestões de leituras para aprofundamento da minha pesquisa.

Aos professores Alexandre Bernardino Costa e José Humberto de Góes Junior pelas importantes contribuições ao meu trabalho há época da banca de qualificação, que me auxiliaram a aprofundar a reflexão sobre o ensino jurídico brasileiro.

À instituição privada de ensino superior em que realizei a pesquisa de campo. Aos funcionários, aos professores e ao coordenador do curso de direito pela atenção, presteza e receptividade, aspectos que foram fundamentais ao trabalho de campo. De maneira especial, agradeço a todos os estudantes que, gentis e atenciosos, compartilharam comigo um pouco de suas experiências de vida.

Aos funcionários da biblioteca e da portaria do UniCEUB (*Campus Taguatinga*) pela gentileza e presteza durante os diversos meses de estudos na biblioteca.

Aos estudantes com quem compartilhei ideias e vivenciei diferentes experiências ao longo dos meus cinco anos de docência no curso de direito.

*Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo. [...] A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela. (AGAMBEN, 2009, p. 58).*

## RESUMO

O objetivo geral desta dissertação é investigar os desafios à educação em direitos humanos no ensino jurídico. As representações sociais do estudante de direito sobre a formação universitária no curso de direito de uma instituição privada de ensino superior do Distrito Federal constituem o ponto de partida teórico-metodológico desta investigação. As ideias, valores e crenças que os estudantes de direito compartilham sobre essa formação universitária são os norteadores da análise, que prestigia a abordagem sociológica das representações sociais. Os objetivos específicos da pesquisa são: a) realizar a análise crítica do papel da universidade, do ensino jurídico nos cursos de direito brasileiros e a sua articulação com os significados do direito; b) estudar as principais concepções teóricas e normativas dos direitos humanos e da educação em direitos humanos, contextualizando a importância dessa última à formação universitária do estudante de direito; c) analisar as concepções teórico-metodológicas das representações sociais no que tange as suas origens históricas, desafios e possíveis aproximações com o pensamento foucaultiano; d) realizar a pesquisa de campo, utilizando-se das técnicas metodológicas de observação participante, diário de campo, entrevistas semiestruturadas e grupo focal para investigar as representações sociais sobre a formação universitária de estudantes de direito de uma instituição privada de ensino superior do Distrito Federal. A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de outubro a dezembro de 2016 e considerou a observação da vivência dos estudantes dentro de sala de aula em nove diferentes disciplinas do 9º e 10º semestres do curso de direito, as entrevistas com sete estudantes do 9º e 10º semestres, duas professoras e o coordenador do curso de direito e, por fim, o grupo focal composto por cinco estudantes. Para o tratamento dos dados empíricos foi observada a proposta da análise de conteúdo em Guerra (2010). Nesse percurso analítico, que é influenciado pela pesquisa etnográfica, foram construídas narrativas dos sujeitos da pesquisa para aprofundamento da compreensão sociológica. Os resultados da análise foram subdivididos estrategicamente em duas diferentes etapas, sendo a primeira voltada às representações sociais do estudante de direito sobre a formação universitária e a segunda, aos desafios da educação em direitos humanos no ensino jurídico. A abordagem sociológica das representações sociais se mostrou um valioso aporte teórico-metodológico desta pesquisa uma vez que possibilitou identificar blocos de sentido (e de oposição) em relação às ideias, crenças e valores compartilhados pelos estudantes de direito. A partilha de determinadas visões de mundo sobre a formação universitária que vivenciam sugere a afirmação simbólica entre os estudantes, o que, por sua vez, consolida a pertença social do “mundo do direito”. As relações entre o saber e o poder, bem como a multiplicidade de redes e níveis - sujeitos, instituições, saberes, discursos e práticas sociais - que se articulam às representações sociais dos estudantes de direito foram analisadas a partir do pensamento de Foucault. Os desafios à educação em direitos humanos no ensino jurídico não se limitam ao vivenciado no curso de direito. O modelo conservador e individualista, que está presente no ensino jurídico, é corroborado por diferentes sujeitos e instituições sociais, obstaculizando o desenvolvimento do perfil crítico e humanista do estudante de direito. A práxis do ensino jurídico, que, inclusive se mostra “ausente” em diversos aspectos da formação universitária do estudante, consolida essa postura, na contramão da transformação social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação em direitos humanos; ensino jurídico; representações sociais; formação universitária; o poder e o saber jurídico.

## ABSTRACT

The general objective of this thesis is to investigate the challenges to education in human rights in legal education. The social representations of the law student on university education in a private institution of higher education of the Distrito Federal constitute the methodological-theoretical starting point of this investigation. The ideas, values and beliefs that the law students share about university education are the guiding analysis, which is based in the sociological approach of social representations. The specific objectives of this research are: a) perform critical analysis of the role of the university, of the legal education courses in Brazilian law and your connection with the meanings of the right; b) study the main theoretical concepts and standards of human rights and human rights education, the importance of this last context to the formation of the university law student; c) analyze the theoretical-methodological conceptions of social representations regarding their historical origins, challenges and possible approaches with the Foucault's thinking; d) conduct field research, using methodological techniques of participant observation, field journal, semi-structured interviews and focus group to investigate the social representations about the University education of students of a private institution of higher education of the Distrito Federal. The fieldwork was conducted between the months of October to December 2016 and considered the note of the experience of the students inside the classroom in nine different disciplines of the 9th and 10th semesters of law school, interviews with seven students of the 9th and 10th semesters, two teachers and the coordinator of the course of law and finally, the focal group consisting of five students. For the treatment of the empirical data was observed the proposal content analysis in Guerra (2010). In this course, which is influenced by ethnographic research, were built of the narratives of the search for deeper sociological understanding. The results of the analysis were divided strategically in two different stages, the first being devoted to social representations of law student on the University education and the second, to the challenges of human rights education in legal education. The sociological approach of social representations proved a valuable methodological-theoretical contribution of this research since it made it possible to identify blocks of sense (and opposition) in relation to ideas, beliefs and values shared by law students. The sharing of certain world views on university education suggests the symbolic affirmation among students, which consolidates the social membership of the "world of law". The relationship between knowledge and power, as well as the multiplicity of networks and levels-subject, institutions, knowledge, discourse and social practices-working the social representations of the law students were analyzed from the Foucault's thinking. The challenges to education in human rights legal education are not limited to experience in the course of law. The conservative and individualistic model, which is present in legal education, is corroborated by different subjects and social institutions, hindering the development of the critical and humanistic profile of the student of law. The praxis of legal education, which is even "absent" in several aspects of the student's university education, consolidates this position, contrary to social transformation.

**KEYWORDS:** Human rights education; legal education; social representations; university education; the power and legal knowledge.



## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – DADOS DAS ENTREVISTAS E DO GRUPO FOCAL – 2017.....	118
TABELA 2 – DISCIPLINAS E METODOLOGIAS – 2017.....	200

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AGU:	Advocacia Geral da União
BCE:	Biblioteca Central da UnB
CAPES:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CENSUP:	Censo da Educação Superior
CES:	Câmara de Educação Superior (MEC)
CNE:	Câmara Nacional de Educação (MEC)
DPU:	Defensoria Pública da União
DNEDH:	Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos
DUDH:	Declaração Universal dos Direitos Humanos
IDH:	Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD)
IES:	Instituição de Ensino Superior
INEP:	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB:	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB
MEC:	Ministério da Educação
MP:	Ministério Público
OAB:	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA:	Organização dos Estados Americanos
ONU:	Organização das Nações Unidas
PMEDH:	Programa Mundial para educação em direitos humanos (ONU)
PNDH:	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNE:	Plano Nacional de Educação
PNEDH:	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PNEDH:	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PNUD:	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ONU)
PPGDH:	Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (UnB)
SCIELO:	Scientific Electronic Library Online
SERES:	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (MEC)
STJ:	Superior Tribunal de Justiça
TJDFT:	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNB:	Universidade de Brasília
UW I-TECH:	University of Washington Institute of Technology

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 A UNIVERSIDADE, O ENSINO JURÍDICO E O DIREITO .....</b>	<b>32</b>
<b>2.1 O que é a universidade? Os saberes privilegiados, o conhecimento e o poder .....</b>	<b>33</b>
<b>2.2 Os cursos de direito no Brasil: retrospectiva e crítica .....</b>	<b>41</b>
<b>2.3 A chamada “crise” do ensino jurídico brasileiro: crise para quem? .....</b>	<b>48</b>
<b>2.4 O ensino jurídico e o direito: um círculo vicioso .....</b>	<b>52</b>
<b>3 DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS .....</b>	<b>57</b>
<b>3.1 Para além do imaginário oficializado, da perspectiva estritamente normativa e pós-violatória dos direitos humanos .....</b>	<b>58</b>
<i>3.1.1 Limitações da Declaração Universal de Direitos Humanos: por uma aceção não hegemônica de direitos humanos .....</i>	<i>58</i>
<i>3.1.2 O imaginário oficializado e a ênfase ao viés normativo pós-violatório dos direitos humanos.....</i>	<i>64</i>
<i>3.1.3 Trajetórias possíveis a partir das reflexões de David Sanchez Rubio: a revalorização do contexto sócio-histórico, a emancipação e as sentimentalidades.....</i>	<i>67</i>
<b>3.2 Educação em direitos humanos: os delineamentos teóricos e as políticas públicas nacionais que apontam para necessária formação do estudante de direito .....</b>	<b>70</b>
<i>3.2.1 As premissas teóricas da educação em direitos humanos: uma pedagogia para construção de sujeitos pluridimensionais .....</i>	<i>70</i>
<i>3.2.2 Os delineamentos normativos e as políticas públicas nacionais sobre a educação em direitos humanos.....</i>	<i>76</i>
<b>4 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: O CONTEXTO HISTÓRICO, OS DELINEAMENTOS TEÓRICOS E OS DESAFIOS NA PESQUISA DE CAMPO .....</b>	<b>81</b>
<b>4.1 As representações em Durkheim: origens, aproximações e distanciamentos em relação à teoria de Moscovici.....</b>	<b>84</b>
<b>4.2 A história das Representações sociais desde Moscovici, as contribuições teóricas em Jodelet e outras reflexões contemporâneas sobre o tema .....</b>	<b>89</b>
<b>4.3 As representações sociais como aporte teórico-metodológico da pesquisa: reflexões sobre alguns de seus desafios, os necessários recortes e a questão da complexidade ...</b>	<b>96</b>

4.4 Aproximações teóricas entre as representações sociais e o pensamento foucaultiano: possibilidades para a compreensão do mundo empírico.....	105
<b>5 O CAMPO: O CAMINHO METODOLÓGICO PERCORRIDO E A APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS .....</b>	<b>112</b>
5.1 A pesquisa qualitativa: a sua importância para a pesquisa social e a adequação ao estudo das representações sociais .....	113
5.2 A observação participante, as notas do diário de campo e outras técnicas de coleta de dados .....	116
5.3 A delimitação do campo de estudo .....	119
5.4 Escolha metodológica e objeto de estudo.....	121
5.5 Os aspectos éticos da pesquisa .....	123
5.6 O processo analítico desta pesquisa: organização de dados, transcrição e análise de conteúdo.....	125
5.7 Relatos da primeira experiência como pesquisadora: algumas impressões do campus, o relacionamento com os porteiros e outros.....	129
5.8 Conhecendo os (as) estudantes, os (as) professores (as) e as aulas de algumas disciplinas do 9º e 10º semestre do curso de direito .....	134
5.8.1 <i>As flores que encontrei no campo</i> .....	141
5.8.1.1 Jacinto .....	141
5.8.1.2 Anis .....	145
5.8.1.3 Lisianto.....	149
5.8.1.4 Amarílis.....	153
5.8.1.5 Calíandra .....	157
5.8.1.6 Jasmim.....	163
5.8.1.7 Flor de Lótus .....	168
5.8.1.8 Sálvia, Clívia, Vinca, Lupino e Lírio .....	175
5.8.2 <i>Entrevista com o coordenador do curso de direito</i> .....	183
5.8.3 <i>Entrevista com a professora de direitos humanos</i> .....	188
5.8.4 <i>Entrevista com a professora de direito da criança e do adolescente</i> .....	193
5.8.5 <i>Vivências em algumas aulas do 9º e 10º semestres do curso de direito</i> .....	199
<b>5.9 A análise da pesquisa de campo .....</b>	<b>206</b>
5.9.1 <i>A primeira etapa: as representações sociais dos estudantes de direito sobre a formação universitária</i> .....	206

5.9.1.1 Para além dos muros da universidade: a família, as redes sociais digitais e os estágios na formação universitária do estudante .....	207
5.9.1.1.1 “Meu deus, eu criei uma filha pra defender bandido”: a família e o cotidiano familiar do estudante de direito.....	208
5.9.1.1.2 “É uma máfia do direito”: as redes sociais digitais como forma de (re) dimensionamento da hierarquia professor-estudante e outras considerações .....	224
5.9.1.1.3 “Cala a boca, na boa, cala a boca, quem é você?”: as relações de estágio dos estudantes, o aprendizado do direito pela prática, a assimilação da hierarquia e da anestesia .....	237
5.9.1.2 “O mundo do direito”: o rompimento com o senso comum, um status social e o poder do saber jurídico .....	249
5.9.1.3 “Vixe, essa daí é uma pergunta que eu ainda... o que que é direito?”: Direito como organização social e regulação normativa.....	261
5.9.1.4 “O professor sabe, o estudante não sabe nada. É um aluno”: A hierarquia dos professores, o medo dos estudantes e a relação professor-estudante .....	274
5.9.1.5 Direitos humanos: a inerência, os outros e uma unanimidade .....	281
5.9.2 <i>A segunda etapa: que desafios à educação em direitos humanos no curso de direito despertam a partir das representações sociais?</i> .....	289
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>303</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>307</b>
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ENTREVISTAS INDIVIDUAIS .....</b>	<b>327</b>
<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA GRUPO FOCAL.....</b>	<b>328</b>
<b>APÊNDICE C – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM ESTUDANTES.....</b>	<b>329</b>
<b>APÊNDICE D – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM PROFESSORES.....</b>	<b>333</b>
<b>APÊNDICE E – ROTEIRO DO GRUPO FOCAL .....</b>	<b>337</b>
<b>APÊNDICE F – MINHAS MEMÓRIAS DE ESTUDANTE E DE PROFESSORA DO CURSO DE DIREITO .....</b>	<b>343</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Eu não sou feminista porque eu acho que a ideia do movimento deles é muito pobre. Talvez a origem dele, não, mas eu acho que eles fizeram muito mal pra mulher no Senado. Nós, mulheres, hoje, a gente tem todas as nossas funções, que a gente tinha antigamente, que é cuidar do lar, ser uma boa esposa, saber cozinhar, limpar, lavar, bordar... todas essas funções, a gente ainda tem e tem a obrigação com os filhos, só que agora a gente tem que trabalhar fora. Então, assim, esse movimento, ele... foi muito ruim pra nós, mulheres. Aí você vem e olha o outro movimento do gay, movimento do negro, movimento do... e cadê a maioria? Ninguém tá preocupado em governar pra maioria. Aí você que é branco, você que é classe média, você que é trabalhador, você que é homem... você se lascou, né? Porque nenhuma política te atende, mas você é a maioria. Aí esse socialismo... Ele vem com esse discurso de vamos ser iguais, vamos ser... mas, na verdade, quando eles botam em prática, eles tão segregando mais só com discurso bonito, porque aqui isso gera um ódio entre a... esses núcleos, porque a maioria tá começando a odiar essas minorias.

A fala acima é de Amarílis.

Amarílis é uma jovem estudante do curso de direito de uma instituição privada de ensino superior do Distrito Federal. Tem 24 anos, mora em um bairro considerado nobre da cidade. Está no 10º semestre. Fala em tom baixo de voz; porta-se de um jeito delicado. No dia que nos conhecemos, ela estava abraçada com seu namorado e ambos conversavam com Caliandra em frente a uma das salas do 10º semestre do curso de direito no período noturno.

No dia da entrevista, demonstrava timidez e fazia pouco contato visual comigo. Lançava o seu olhar para cima enquanto falava, hesitava em alguns momentos. Hesitação que demonstrava certa vigilância nas palavras. No decorrer da entrevista, Amarílis parecia se sentir mais à vontade para desenvolver as suas ideias, embora mantivesse pouco contato visual. Na última metade da entrevista, demonstrava uma vontade de desabafar algo que a incomodava. Era sobre os direitos humanos.

Antes de ingressar no curso de direito, Amarílis cursava relações internacionais. Gostava muito de seu curso, porém a abertura ao mercado de trabalho era algo que se preocupava. Do segundo ao terceiro semestre, resolveu trocar de curso, optando pelo curso de direito. Ainda hoje, diz preferir o curso anterior, mas acredita que seu futuro será melhor com

o diploma do direito. É que no direito *you can do anything that an internationalist can do with a lot of things*<sup>1</sup>.

Acumula em seu currículo muitas experiências profissionais de estágio. Fez estágio no escritório imobiliário de seu pai, na Secretaria de Saúde, num escritório de advocacia com atuação em direito eleitoral e no STJ. Disse ter gostado de todas as atividades, mas que, com seu pai, era mais difícil. *Então, eu era tipo faz tudo lá. E tem sempre esse peso de ser o pai, né? (...) Mas foi bom pra aprender a receber ordens.* Avaliou como muito frustrante sua experiência no escritório de advocacia. Segundo a estudante, seu chefe *era muito bipolar*. Disse, em tom de riso, que sofreu bastante e que chegou a ficar até doente, o que acabou sendo motivo de sua saída desse estágio. Apesar do estresse que passou, ela entende que foi bom, inclusive para seu amadurecimento profissional.

Afirma que o objetivo do curso de direito da instituição que está matriculada é *criar bons advogados*. Para a estudante, o *foco* do curso depende da instituição. A UnB, por exemplo, seria mais voltada a *criar* magistrados e pesquisadores na área. Na instituição que cursa, haveria um foco total na advocacia para a formação de profissionais preparados para o mundo da OAB e de muitos processos. *Uma Brasília bem judicializada, né?*

Amarílis acredita que um dos pontos positivos do curso de direito é a possibilidade de se tornar uma pessoa mais esperta. Fazendo expressões faciais, diz que o curso de direito ensina aos estudantes a não serem enganados. Para ela, as pessoas a respeitam mais por ser formada em direito. *Elas têm mais medo de te dar um calote, de... “ah, aquela pessoa sabe o que ela tá falando. Ele estuda”.* O curso de direito seria completo na área de conhecimento, auxiliando na preparação de várias atividades. A respeito dos pontos negativos, a estudante, incluindo-se na fala, afirma que os advogados são ensinados a ser sempre céticos. Entre os fatos e a lei, é essa última que vale mais. *A lei é cega, né?*

Ao explicar o que é ser ensinada a ser cética, a estudante relembra sua experiência na defesa da monografia. Seu tema versava sobre a tortura omissiva, que é cometida pelos policiais, delegados e promotores de justiça. Em sua monografia, concluiu que a lei específica que garante uma menor pena a esses agentes que cometem crime de tortura é inconstitucional. Escolheu esse tema por causa de um professor da graduação, numa das aulas das disciplinas específicas de direito penal.

---

<sup>1</sup> O uso de itálico nesta introdução servirá para destacar frases e palavras ditas, na íntegra, pela estudante.

No entanto, não foi fácil ter escolhido esse tema. Amarílis acabou discutindo muito com seu pai sobre isso. Segundo ela, seu pai tem uma visão muito prática do direito, que é contrária ao que ela aprende na instituição. Fazendo expressão com as mãos como se abrisse aspas, *nós somos legalistas, né?* Em sua leitura, essa visão prática de seu pai encontra empecilhos na lei. Para ele, a penalização desses agentes acabaria prejudicando a atividade policial. Numa das discussões sobre isso, a estudante revela que seu pai lhe lançava um exemplo horrível, um cenário fictício de violência com sua própria mãe. *Ah, se fosse a sua mãe que fosse sequestrada, você não ia querer que o delegado deixasse o agente torturar o cara?* Seu pai não participou de sua banca de defesa de monografia. Ela mesma não o deixou ir. *Ele é muito crítico. E ele faz direito, então é por isso.* Seu pai também estuda na mesma instituição e cursa o 6º semestre do curso de direito.

Ao falar sobre o exame da OAB, disse que tanto a instituição, como o seu pai fazem muita pressão. Relembra que seu pai não gosta nem um pouco de ficar pagando a taxa do exame da OAB. Passou nesse exame sem precisar fazer cursinho. Comprou vídeo-aulas só de revisão pela internet, que abordavam os dez pontos mais importantes de cada disciplina. Disse que foi tranquilo passar e que, a partir do nono semestre, os estudantes já *incorporaram* alguns princípios do direito. Para ela, isso ajuda a compreender o que querem dizer as normas e as questões das provas.

Conseguiu *passar* nos cinco primeiros semestres do curso de direito *sem fazer muito esforço*. Às vezes, *sem abrir uma doutrina*, sem se atualizar sobre o mundo. Entende que melhorou da metade do curso em diante e atribui essa mudança a sua maturidade, pois precisaria encontrar um emprego para não viver à custa do pai. A entrada de seu pai no curso também contribuiu para motivá-la bastante, pois teria alguém para debater os assuntos do curso. Além disso, o curso ter ficado menos filosófico e mais prático foi mais uma motivação para estudar.

Amarílis acredita que definir os direitos humanos é uma tarefa difícil. Após uma breve pausa, diz que os direitos humanos estão interligados ao direito natural do homem. *Aquilo que é essencial pro homem viver*. Noutra ocasião em diante, repete que são direitos do homem. Além da vida e da liberdade de ir e vir, a liberdade de expressão seriam os direitos humanos mais importantes a zelar. Demonstrando certa hesitação, afirma que os direitos humanos também têm a ver com adquirir seus próprios bens a partir do trabalho. Sua hesitação estava relacionada ao fato de me alertar que essa é uma ideia *um pouco mais capitalista*.



Em outros momentos seguintes, Amarílis fala sobre o capitalismo e interesses a ele vinculados. O termo capitalismo surge espontaneamente de sua fala, como se ela identificasse nos direitos humanos algumas linhas de oposição entre ambos. Percebi em sua fala uma vontade, ainda que hesitante, de desabafar algo que lhe incomodava quanto aos direitos humanos. Ela queria me falar “algumas coisas”. Em seguida, num tom mais incisivo, fala sobre o socialismo, criticando-o e compreendendo que os *direitos de minorias* seriam *medidas típicas desses governos*. Sua fala seguinte é aquela que inaugura esta Introdução.

Cursou a disciplina de direitos humanos no semestre anterior. Disse que não gostou de cursá-la e que nada acrescentou em sua vida. *Me fez até nem querer estudar mais*. Amarílis acredita que os direitos humanos são muito utópicos, apesar de saber que existem e que são necessários. Disse que conseguiu enxergar que os direitos humanos não são só *defesa de bandido*, mas que defende também *os honestos*. No entanto, noutras falas seguintes, ela titubeia. Para a estudante, o excesso de defesa assídua a *algumas classes*, a exemplo do sistema carcerário, faz com que os direitos humanos fiquem *um pouco direito de bandido*. A estudante diz não entender como se deixa um *inocente* morrer nos hospitais enquanto as pessoas se preocupam com aqueles que infringiram a lei. Entende que o problema carcerário no Brasil não tem como ser resolvido facilmente e que as discussões sobre isso são chatas. *Fica parecendo que você tá estudando a filosofia*. Em seu entender, os direitos humanos são utópicos porque a sociedade não está desenvolvida o suficiente; diz que não estará viva para presenciar esse desenvolvimento.

Entre os principais responsáveis pela proteção de direitos humanos, Amarílis menciona os universitários que, *com esses ideais*, querem mudar o mundo. A estudante, porém, não se inclui nessa fala. São os outros universitários, não ela. Em alguns momentos anteriores da entrevista, a estudante disse que até gostaria de mudar o mundo, mas sente não ter forças para fazer isso. Como essa tarefa é muito complicada, crê que as pessoas podem melhorar *o que tá perto da gente*.

Amarílis é uma das milhares de estudantes que estão no curso de direito em instituição privada de ensino superior do Brasil.

A narrativa de Amarílis sinaliza para um ponto convergente: há uma descrença quanto à possibilidade de transformação social. A visão pessimista de mundo constitui base norteadora de sua fala. Ainda que seja uma jovem de 24 anos de idade e tenha muita vida à frente, a estudante já sucumbe à desesperança, à impossibilidade de mudanças, ao

reconhecimento (assimilado) de impotência. Há até universitários que queiram mudar o mundo, mas esse não é o caso dela. Em sua leitura, o idealizar é inviável.

Amarílis, que estava no 10º semestre do curso de direito em novembro de 2016, fecha o ciclo de sua experiência universitária para ingressar na vida plenamente adulta, cidadã e profissional. Iniciará um novo ciclo já cansada, sem fôlego e sem esperanças. Não havendo estímulos e incentivos para perseverar, possivelmente, iniciará seu percurso profissional nas atividades jurídicas, acreditando já estar vencida. Mas não é só. O que vivenciou nesse percurso foi o suficiente para que aprendesse a seguir ordens, que respeitasse hierarquias. Em sua leitura, o sofrimento é necessário para o amadurecimento profissional, seja com o pai-chefe, seja com o chefe *bipolar* do estágio. A operacionalização da vida profissional é anestésica. Há de se reproduzir sem doer, operar sem sentir.

O termo “criar” (“criar bons advogados”) que utiliza para descrever os objetivos do curso do direito que vivencia parece revelar significados muito além de simples palavras. Pode ser que esse criar nada tenha a ver com criação, criatividade. Ao contrário, pode sinalizar uma relação verticalizada entre curso de direito e a estudante, tal como existe no poder familiar que parece estar familiarizada, uma relação de pai (que manda) e filha (que obedece).

Ver uma “Brasília bem judicializada” é, antes, aceitar o litígio, o “enfrentamento” judicial como pressupostos de sua futura atuação profissional em detrimento de conciliações e mediações sociais. Nessa toada, são aguardadas muitas pilhas de processos em cima da mesa e uma constante preparação para embates nos Tribunais. Os dissensos não servem para serem compreendidos, mas, sim, prontamente combatidos numa beligerância judicial.

Chama a atenção na narrativa de Amarílis não apenas a falta de identificação com outros, mas com ela mesma. A fala que inaugura esta introdução demonstra que ela, como mulher, acaba por assimilar um discurso que obstaculiza a sua própria autonomia e o reconhecimento de sua identidade como mulher. Não houve erro de transcrição em sua fala. Em reiterados momentos, ainda que falasse de mulheres, de movimentos feministas, de direitos humanos e dela mesma, curiosamente, ela se utiliza de expressões masculinizadas: “deles”, “você que é homem... você se lascou, né?”, direitos do homem, “ele estuda”, etc.

Escolhi a fala de Amarílis para introduzir as reflexões propostas por este estudo não por ser ela uma representante das falas de todos os demais estudantes de direito que são sujeitos nesta pesquisa. Embora os estudantes compartilhem ideias, crenças e valores em

comum, que fortalecem uma pertença social, não os considero iguais e nem todos expuseram ideias idênticas às de Amarílis. Escolhi-a por sua espontaneidade ao fim da entrevista, por sua necessidade de me falar “coisas” e, também por isso, ter sido a entrevista mais desafiadora que vivenciei em minha trajetória de pesquisa de campo. Acredito que esse desabafo de Amarílis tenha a ver com a circunstância de ela ver em mim, por eu estar cursando o mestrado em direitos humanos (e cidadania), uma militante de direitos humanos, talvez uma socialista. Ouvir tudo que a estudante tinha a dizer sobre os direitos humanos foi crucial para reforçar a linha de pensamento que trilha ao longo desta pesquisa.

Para além de outros valiosos aprendizados que tive ao longo de minha trajetória como pesquisadora iniciante, estar com Amarílis foi essencial. Michael Apple, Wayne Au e Luís Gandin (2011) já haviam assinalado a importância de se conhecer – antes de contrapor, combater e rechaçar – os posicionamentos considerados mais conservadores, isto é, que contestam a visão de pluralidade de sujeitos. É fundamental compreender como o pensamento hegemônico consegue fluir com tanta facilidade, ter tanta adesão entre sujeitos. Há de se desvendar o porquê de tamanho fascínio e assimilação de posições mais conservadoras e não plurais. Foi com base no meu constante aprendizado sobre a educação em direitos humanos que me apoiei nos momentos mais desafiadores desta pesquisa. Tenho aprendido que é crucial ouvir para restabelecer de pontes de diálogos com vista à consolidação de uma cultura de direitos humanos.

Embora Amarílis traga em suas narrativas aspectos que remetam a diferentes dimensões de análise, as preocupações desta pesquisa se voltam à sua experiência formativa no ensino jurídico do curso de direito de uma instituição privada de ensino superior do Distrito Federal. Suas falas demonstram o porquê da necessidade de que o ensino jurídico contemple uma educação em direitos humanos.

É preciso que todos nós nos preocupemos com Amarílis e com os outros milhares de jovens que se formam a cada ano nos cursos de direito no Brasil.

A postura teórica que norteia esta pesquisa prestigia a semeadura de futuros cidadãos críticos e atuantes pela via da defesa intransigente dos direitos humanos. O ensino jurídico necessita contemplar uma educação formadora de consciência crítica aos estudantes de direito, seja em razão da necessária formação como sujeito e cidadão, seja pelas importantes funções sociais que irão desempenhar profissionalmente. O exercício de futuros cargos no sistema judiciário e na segurança pública, bem como em entidades essenciais à justiça, a exemplo da advocacia, promotoria e defensoria pública, demanda uma postura crítica e,

principalmente, conectada às necessidades sociais, sob pena de a utilização da força do direito servir apenas para a opressão.

Os estudantes de direito devem ser conduzidos a outros sentidos e saberes em relação à sociedade, numa trajetória formativa que permita (re) valorizar as múltiplas funções do ensino superior – nas perspectivas crítica, cidadã, ética, humanista – ao tempo que (re) significa o sentido da atuação profissional que será desempenhada pelos bacharéis em direito. É necessário reavivar nos estudantes de direito o estímulo para transformar a sociedade em que vivem. É preciso idealizar o impossível a partir da formação universitária no ensino jurídico (GIROUX, 2010). Conceber o estudante de direito como um “operador do direito” é mutilar as esperanças de ver florescer cidadãos e profissionais da carreira jurídica comprometidos com a transformação social e vigilantes dos direitos humanos.

A educação em direitos humanos assume a tarefa de veículo potencializador do estudante de direito para estimular sua consciência e sensibilidade por intermédio da reflexão crítica de seus importantes papéis na sociedade. A tomada de consciência em relação à desigualdade social brasileira, bem como ao reconhecimento político, jurídico e cultural de determinados grupos sociais deverão se constituir como premissas da educação em direitos humanos, fortalecendo-se a compromisso contínuo com a justiça social (MAGENDZO, 2014).

A possibilidade de fazer despertar nos estudantes de direito outras possibilidades de ser, pensar, sentir e agir na sociedade, conduzindo-os a uma maior sensibilidade em relação ao contexto brasileiro é vislumbrada pela responsabilidade ética e política da educação em direitos humanos (MAGENDZO, 2014), cujo compromisso se dirige à transformação social. As bases teóricas da educação em direitos humanos que norteiam esta pesquisa sugerem que o conhecimento sobre conteúdos sobre os direitos humanos, a exemplo da DUDH (ONU, 1948) e de outras normas jurídicas nacionais e internacionais, é insuficiente para, isoladamente, promover a sensibilização dos estudantes de direito quanto aos seus compromissos sociais. Não se trata, portanto, de considerar que a educação em direitos humanos se exaure numa ou noutra disciplina do curso de direito, com a assimilação de conteúdos (BITTAR, 2007) que, formalmente, são de direitos humanos, mas estão desconectadas da experiência social e do contexto crítico e histórico. É fundamental a transversalidade dos temas de direitos humanos nos currículos, mas, especialmente, nas vivências do espaço universitário.

A formação pautada na educação em direitos humanos necessita ser construída a partir de uma “compreensão pluridimensional do sujeito de direitos” (CARBONARI, 2007, p,

182), aonde se edificam espaços permanentes de aprendizagem para reflexão e ação críticas. Advinda da pedagogia crítica (MAGENDZO, 2014), essa educação busca formar “sujeitos cooperativos com a efetivação de condições históricas para realizar amplamente todos os direitos humanos de todas as pessoas e resistentes (intransigentes) a todas as formas e meios que insistem em inviabilizá-los e violá-los” (CARBONARI, 2007, p. 183). Para sua concretização, é fundamental a (re) valorização dos espaços participativos, estimulando-se a construção de posturas e opiniões plurais (CARBONARI, 2007). Além disso, os conflitos e os dissensos humanos, ao contrário de serem mascarados, necessitam ser desnudados com vistas à construção de uma mediação social.

As falas de Amarílis e as premissas ora assinaladas quanto à educação em direitos humanos contextualizam a **pergunta de partida** desta pesquisa: Quais são os desafios à educação em direitos humanos no ensino jurídico?

A **hipótese** vislumbrada nesta dissertação é de que a práxis no ensino jurídico dos cursos de direito ainda não aponta para uma educação em direitos humanos. Os possíveis desafios à educação em direitos humanos no ensino jurídico seriam provenientes do formato conservador e individualista do curso de direito, que obstaria o estímulo do perfil crítico e humanista do estudante do direito.

A ausência de uma perspectiva crítica no processo de ensino jurídico sobre os postulados do direito, que se encontra umbilicalmente relacionado aos direitos humanos (LYRA FILHO, 1982), enseja a reprodução de indivíduos em estado de anestesia (SÁNCHEZ RUBIO, 2014) e indiferença em relação aos grandes problemas sociais vivenciados por brasileiros.

Consoante linha teórica crítica ora apresentada, essa modelagem do perfil do estudante de direito em torno de habilidades e conhecimentos centrados no mercado de trabalho e, sobretudo, para o exercício de cargos públicos, prestigia a abordagem asséptica, individualista e acrítica do direito e de seu devir, ensejando a desconexão dos estudantes de direito em relação ao contexto social brasileiro e, por conseguinte, aos direitos humanos. Além disso, é possível que significativa parcela dos estudantes dos cursos de direito se autocompreenda – e também se auto delimite em suas funções perante a sociedade - como operador do direito, ou seja, um mero operador da máquina judiciária, que conhece e aplica as normas jurídicas, mas que não se sente envolvido com as questões sociais além do tecnicismo e dogmatismo jurídico. Supõe-se que a auto compreensão possivelmente distorcida dos

estudantes de direito é fruto de um círculo vicioso: parece surgir e ser constantemente nutrida pelo próprio modelo de ensino jurídico adotado.

Há a necessidade de se romper com a ideia de “operador do direito”, que atravessa a formação universitária nos cursos de direito. Urge a necessidade de mudança de postura no ensino jurídico para que esse se (re) oriente num contra fluxo da reprodução social, investindo-se na conscientização crítica do estudante de direito quanto à sua potência transformadora na sociedade.

Ademais, reforça-se a ideia de que a educação por si só não é necessariamente fator de emancipação (ADORNO, 2003). Uma educação para treinamento destoa da educação para formação, que deverá se dar, essencialmente, no plano da consciência não acidental. Nesse sentido, para que o ensino jurídico contemple uma educação formadora e, principalmente, esteja conectado à realidade de exclusão de direitos de diversos indivíduos e grupos sociais, possibilitando, assim, a abertura à transformação social, é imperioso que, entre as escolhas possibilitadas aos estudantes de direito, subsista uma “consciência alargada sobre as questões comunitárias e sociais que cerca o indivíduo em fase de formação” (BITTAR, 2007, p. 330).

Ao considerar as reflexões sobre o importante papel do estudante do direito na sociedade brasileira e da necessidade de uma educação em direitos humanos em sua formação, o **problema da pesquisa** que se visualiza é que a preocupação com a formação crítica do estudante do direito, pautada na defesa intransigente dos direitos humanos, mostra-se missão secundária, quando não esquecida, em relação à perspectiva dogmática e técnico-profissional do ensino jurídico, que privilegia habilidades e conhecimentos que não conscientizam suficientemente sobre os problemas sociais do país, nem fortalecem seu compromisso com a cultura de direitos humanos.

A partir desse cenário problemático que se insere o ensino jurídico, o **objetivo geral** da pesquisa é investigar os desafios à educação em direitos humanos no ensino jurídico. Prestigiando o olhar e as vivências de estudantes de direito, utilizo-me, como ponto de partida teórico-metodológico, das representações sociais sobre a formação universitária que vivenciam no curso de direito de uma instituição privada de ensino superior do Distrito Federal.

Embora as representações sociais tenham sido retomadas na psicologia social a partir das reflexões de Moscovici (2001) e Jodelet (2001), nas últimas duas décadas, esse objeto de estudo tem chamado a atenção de pesquisadores brasileiros de diferentes áreas do

conhecimento, inclusive no âmbito da sociologia. Ciente da multiplicidade de dimensões analíticas possíveis do estudo das representações sociais, ressalto que é com base na abordagem sociológica que será norteada esta pesquisa, considerando-as importante matéria-prima da compreensão sociológica (PORTO, 2010).

Como aporte teórico-metodológico desta investigação, as representações sociais remetem, simultaneamente, a duas premissas. A teórica, que se funda no reconhecimento da complexidade (JODELET, 2001; SANTOS et al., 2000; PEREIRA; CAMINO, 2003; GUARESCHI, 2000) das relações entre sujeitos-estudantes e seus objetos-mundo, o cotidiano universitário. A metodológica, que permite a delimitação do objeto de estudo às ideias, às crenças e aos valores compartilhados pelos sujeitos a respeito de sua formação universitária. Nesse percurso, busca-se identificar alguns blocos de sentido que, pelos consensos e dissensos, são articulados pelos estudantes a respeito da formação que vivenciam. Essa identificação possibilita, ainda, uma espécie de mapeamento da teia de significações (PORTO, 2010) que atravessa as ideias, valores e crenças compartilhadas pelos estudantes.

A pesquisa com base nas representações sociais possibilita uma interface de análise duplamente valiosa para meu objeto de estudo. Em primeiro lugar, porque considera uma visão de mundo que é partilhada por esse grupo e que, por conseguinte, norteia suas práticas sociais, possibilitando a consolidação da pertença social pela afirmação simbólica (JODELET, 2001). Além disso, permite com que os desafios à educação em direitos humanos sejam pensados com base em suas próprias vivências no cotidiano do curso de direito.

Os estudantes de direito são os sujeitos centrais desta pesquisa que me guiam neste percurso de reflexões. A escolha pelo objeto de estudo é motivada pelas minhas inquietações vivenciadas como estudante e, agora, como professora do curso de direito. Experimentá-lo a partir de diferentes lugares de fala e em momentos distintos de minha trajetória pessoal reforça o interesse de pensar sobre o ensino jurídico numa perspectiva para além da formação profissional-técnica.

Para investigar os desafios à educação em direitos humanos no ensino jurídico, têm-se os seguintes **objetivos específicos**:

- 1) Realizar uma análise do papel da universidade, do ensino jurídico nos cursos de direito brasileiros e a sua articulação com os significados do direito a partir de uma retrospectiva histórico-crítica;

2) Estudar as principais concepções teóricas e normativas dos direitos humanos e da educação em direitos humanos, contextualizando a importância dessa última à formação universitária do estudante de direito;

3) Analisar as concepções teórico-metodológicas das representações sociais no que tange as suas origens históricas, abordagens e possíveis aproximações com o pensamento foucaultiano;

4) Realizar pesquisa de campo, utilizando-se das técnicas metodológicas de observação participante, diário de campo, entrevistas semiestruturadas e grupo focal para investigar as representações sociais sobre a formação universitária de estudantes de direitos de uma instituição privada de ensino superior do Distrito Federal.

A **justificativa** para a realização desta pesquisa dá-se em razão da necessidade de se conhecer quais são os desafios da educação em direitos humanos no ensino jurídico do curso de direito de uma instituição privada de ensino superior do Distrito Federal. A escolha pelas instituições privadas se justifica pela vultuosidade do número cursos de direito no Brasil e de estudantes de direito formados nessas instituições.

Segundo dados divulgados do Censo da Educação Superior de 2015 (Censup/2015) pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP – MEC), em 2015, apenas no curso de direito (modalidade presencial), registrou-se 853.211 matrículas<sup>2</sup>, sendo que 765.056 advinham de instituições privadas de ensino superior. Desses dados estatísticos divulgados, vê-se que quase noventa por cento dos estudantes dos cursos de direito no Brasil estavam matriculados em instituição privada. Nessas instituições, comparativamente aos dados divulgados no Censup de 2014 (INEP-MEC)<sup>34</sup>, percebe-se um

<sup>2</sup> Esse resultado se mostra ainda mais significativo se considerarmos que, em 2009 (Censup/2009), o número total matrículas de direito no Brasil correspondia a cerca de 651.000. (BRASIL. Ministério da Educação. **Censo revela aumento do número de formandos em licenciatura**. Janeiro, 2011. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16226](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16226)>. Acesso em: 13 jul. 2017.

<sup>3</sup> Em relação ao ano de 2014, mais de oitenta e oito por cento estava matriculada em instituição privada de ensino superior. Segundo dados estatísticos divulgados no Censo da Educação Superior de 2014 (Censup/2014) pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP – MEC), observou-se que o curso de direito havia contabilizado, naquele ano, 813.454 de matrículas, posicionando-se entre os três cursos de graduação mais escolhidos pelos brasileiros. No ensino privado, estavam matriculados 721.104 estudantes referentes aos 967 cursos de graduação.

<sup>4</sup> É importante ressaltar que, no curso de direito, a proporção de estudantes matriculados em instituições privadas de ensino superior em relação àqueles matriculados em instituições públicas é maior que a proporção havida quanto aos demais cursos no ensino superior brasileiro. Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2015, atualizado em 20 de outubro de 2016, dos 8.027.297 estudantes que estavam matriculados em todos os cursos de graduação (presenciais e à distância), 75,68 % deles estavam em instituições privadas (6.075.152), enquanto menos de 25% estavam em instituições públicas (1.952.145). No que tange aos cursos de direito, no ano de 2015, foram registradas 853.211 matrículas, sendo que 89,66% desse montante se referem às matrículas em instituição privada brasileira, totalizando 765.056 estudantes. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS



aumento de, aproximadamente, 44.000 mil matrículas em, apenas, um ano. Contabiliza-se, ainda, o cadastramento de 37 novos cursos nesse mesmo período. Enquanto há uma curva descendente entre as instituições públicas, de 178 cursos, em 2014, para 168, em 2015; o número de cursos de direito em instituições privadas crescem. De acordo com o Censup de 2015, atualizado em outubro de 2016, havia 1.172 cursos de direito em todo o país, sendo que 1.004 são instituições privadas. No ano de 2015, 92.574 estudantes concluíram o curso de direito nessas instituições.

Impressiona a magnitude do número de cursos jurídicos no Brasil e o alto número de estudantes que se formam nesses cursos. Afinal, por que há tantos cursos de direito no Brasil?

Entendo que o crescente número de cursos de direito cadastrados a cada ano não estão desarticulados dessa mercantilização do ensino superior<sup>56</sup>. Antes de haver uma preocupação com a formação universitária de estudantes de direito, parece haver um interesse em explorar um mercado rentável e crescente, na qual o ensino jurídico se situa. Não raro se ouve que os cursos de direito, diferentemente dos cursos de medicina e das engenharias, são de baixo custo, sobretudo porque se resumem à “saliva do professor”, ao “quadro” e a uma cadeira de estudante.

Aliada a essa circunstância, há de se considerar que o curso de direito ainda parece nutrir, entre brasileiros, uma expectativa de mobilidade social ascendente. O bacharelado em direito permite o acesso a carreiras públicas consideradas nobres e exclusivas, que possibilitam estabilidade, privilégios e bons salários. Assim como se observa na fala de Amarílis, que trocou o curso de relações internacionais pelo de direito, observa-se também uma ideia de que o mercado de trabalho, com um diploma de bacharel em direito, será melhor e mais promissor.

---

ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> Acesso em: 13 jul. 2017).

<sup>5</sup> Koehler e Santos alertam que um dos grandes obstáculos à promoção de ideais igualitários no século XXI reside na transformação da educação em mercadoria, que segue os “moldes do excesso e do descarte, visando difundir apenas os interesses da ideologia vigente” (KOEHLER; SANTOS, 2016, p. 124).

<sup>6</sup> Em 28.06.2017, o Tribunal do Cade reprovou a fusão entre a Kroton Educacional S/A e a Estácio Participação S/A, numa operação que envolvia cerca de R\$ 5,5 bilhões de reais. Por maioria de votos dos conselheiros, o Tribunal compreendeu que os remédios apresentados por ambas as empresas seriam insuficientes para evitar um prejuízo no “mercado” de ensino superior. Isso porque, a Kroton, que detém as marcas Anhanguera e Pitágoras, já possui 37% do “mercado” e, caso fosse aprovada essa fusão, deteria 46% após a operação, o que deflagraria prejuízo à concorrência. A utilização de aspas na palavra mercado é proposital. Essa discussão ocorrida no âmbito do Cade revela uma entristecedora realidade do ensino superior no Brasil: a mercantilização da educação. Para mais informações: <<http://www.cade.gov.br/noticias/aquisicao-da-estacio-pela-kroton-e-vetada-pelo-cade>> Acesso em 13 jul. 2017.

Quanto à curva crescente da abertura e do funcionamento de novos cursos de direito do Brasil, vê-se uma intensa preocupação de instituições de ensino e da OAB nacional<sup>7</sup> divulgada nas mídias sociais. É frequente observar a significativa preocupação com as baixas taxas de aprovação do exame da OAB<sup>8</sup>. Nessa discussão, a preocupação com o ensino jurídico acaba por se restringir à porcentagem de estudantes que é ou não aprovada, sem que outras perspectivas da formação do estudante do direito sejam priorizadas. Não suficiente, observa-se, ainda, que as taxas de aprovação na OAB acabam por se constituir como um instrumento valioso de marketing de algumas instituições privadas de ensino. *Outdoors*, propagandas veiculadas na TV e na internet são realizadas por instituições privadas e, com frequência, utilizam-se do curso de direito como um chamariz dos novos “estudantes-consumidores”.

Na contramão dessas discussões, que restringem a qualidade de ensino jurídico às taxas de aprovação (e reprovação) no exame da OAB, situo minhas reflexões sobre esse ensino a partir de outro viés, qual seja: a necessidade de serem empreendidos esforços para uma formação crítica, ética, cidadã e humanista do estudante de direito comprometida com os direitos humanos.

Preocupa que os cursos de direito, em especial das instituições privadas, conduza os estudantes de direito ao desenvolvimento de habilidades e conhecimentos que estejam centrados, apenas, no mercado de trabalho. Um ensino jurídico que, ao privilegiar a dimensão

---

<sup>7</sup> Em abril deste ano, novas preocupações com o ensino jurídico vieram à tona. Uma delas trata da homologação do parecer do CNE, pelo MEC, que autorizava o funcionamento de curso superior de tecnólogo em serviços jurídicos. Essa atividade a ser desenvolvida pelos estudantes não os habilitaria ao exercício das atividades de bacharel em direito, mas, apenas, às atividades cartorárias burocráticas. Na prática jurídica, essas atividades são também conhecidas como paralegais. Em razão das intensas críticas e embates da OAB nacional com o CNE, na semana seguinte à homologação, o MEC suspendeu, por 120 dias, o pedido de autorização desse curso. Também nesse mês, intensas discussões foram travadas entre o CNE e a OAB em razão de uma proposta de novas diretrizes curriculares do curso de direito, que altera a Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004, e que estava sendo deliberada sem o conhecimento da OAB nacional. Após envio de ofício ao CNE, solicitando a divulgação de seu teor para conhecimento, a OAB convocou duas audiências públicas para discutir as novas diretrizes curriculares do curso de direito, uma em abril, outra em junho deste ano. Na primeira delas, ocorrida dia 11.04.2017, resolvi participar. A sala estava repleta de professores, principalmente de coordenadores dos cursos de direito de diversas localidades do Brasil. A mesa era composta por representante da OAB, do CNE, mas também por dois professores da FGV. Houve significativas discussões entre os ouvintes e os componentes da mesa. Embora fosse uma audiência pública para apresentação e discussão das novas diretrizes do curso de direito, a audiência finalizou sem que fosse apresentada a proposta. Os professores se mostraram bastante insatisfeitos, especialmente porque não há como dialogar sobre uma proposta sem tê-la em mãos. Havia muita especulação: redução da integralização da carga horária; facilitação para criação de curso de direito à distância (modalidade de graduação EAD); criação do curso de tecnólogo, etc. Num dos momentos, uma das professoras se manifesta, perguntando quem estava elaborando essa proposta. Após algumas hesitações da mesa, foi informado que a FGV era a responsável pela elaboração da proposta em conjunto com a SERES/MEC.

<sup>8</sup> Entre os anos de 2010 a 2014, em estudo realizado pela FGV (2014), a taxa de reprovação oscilava entre 70 e 80% de reprovação de estudantes de direito. Essas questões serão abordadas mais detalhadamente no item 2.3 desta pesquisa.

profissional, negligencia quanto à perspectiva crítica, ética, cidadã e humanista desse sujeito em formação e com seu compromisso para formas estudantes de direitos vigilantes em relação aos direitos humanos.

Um dos grandes desafios dos direitos humanos para o século XXI e, por conseguinte, para os profissionais de direito que atuam nas mais diversas instâncias de Justiça, trata do reconhecimento dessa realidade de exclusão de direitos que, muitas vezes, constituem-se como reflexos da própria negação da condição de sujeitos de direitos a determinados indivíduos e grupos sociais pelo próprio Estado. É nesse preocupante panorama que se pode antever que, em suas futuras atuações profissionais, significativa parcela de estudantes de direito estará em contato com essa preocupante realidade e poderá exercer funções centrais atuar em combate à desigualdade social brasileira, sobretudo quando do reconhecimento político, social e cultural de indivíduos e grupos marginalizados.

A **relevância** desta pesquisa a ser desenvolvida justifica-se, em primeiro lugar, pelos papéis decisivos que os estudantes universitários exercem nas sociedades atuais, seja pelo protagonismo social enquanto jovens estudantes, seja pelos potenciais destinos sociais “e pelo facto de neles se revelarem muitas das dinâmicas de mudança social e cultural mais importantes da actualidade” (MACHADO et al., 2003, p. 46-47). Quanto aos estudantes universitários no Brasil, verifica-se que há grande contingente de estudantes de direito, na qual quase noventa por cento está matriculada em instituição privada de ensino superior. Mostra-se preocupante, então, que um número significativo de estudantes seja conduzido a um modelo conservador, asséptico, individualista e acrítico em razão do ensino jurídico atual. O reflexo desse ensino por intermédio da aprendizagem enseja a limitação de conhecimentos e habilidades aptos a conectar os futuros profissionais do direito à sociedade brasileira, com alarmante desigualdade social e reiteradas violações de direitos humanos.

A relevância da pesquisa proposta é também corroborada em razão de sua delimitação geográfica, eis que, no Distrito Federal seria possível observar, com maior profundidade, quais seriam os desafios à educação em direitos humanos no ensino jurídico, mormente por estar situado num campo de pesquisa com intensa influência e atuação política-estatal. Em relação aos cursos oferecidos no Distrito Federal, a partir de pesquisa estatística divulgada pelo MEC, constatou-se a existência de 23 cursos situados em regiões

administrativas diferentes<sup>9</sup>, sendo a Universidade de Brasília (UnB) a única instituição pública de ensino superior que possui o curso de direito nessa delimitação geográfica.

Importante fator que justifica a pesquisa que se pretende desenvolver reside em sua **originalidade**, pois não se verifica a existência de estudos que tenham sido desenvolvidos em idêntica perspectiva proposta. Para se constatar a lacuna de pesquisa sobre esta temática, foi realizado um levantamento dos termos “educação em direitos humanos”, “ensino jurídico”, “crise do ensino jurídico”, “direitos humanos”, “representações sociais de estudantes de direito” nas bases de dados da Capes (Periódicos), UnB (BCE – dissertações e teses), UniCEUB (Biblioteca central), Google acadêmico e Scielo. Na busca realizada, foi constatada a existência de artigos, dissertações de mestrado e teses doutorais que versam conjuntamente sobre as temáticas da educação em direitos humanos e do ensino jurídico, o que ratifica a pertinência do tema, mas que, conforme já salientado, não aponta pelo desenvolvimento de pesquisa com o mesmo objeto e metodologia da pesquisa que se pretende realizar.

Por fim, a partir da busca realizada quanto ao termo “*humans rights education*” nos sítios Google acadêmico e Capes (Periódicos), foram localizadas diversas fontes bibliográficas, como artigos, manuais e projetos-políticos pedagógicos desenvolvidos em diversos locais no mundo, a exemplo de países latino-americanos e africanos, dos Estados Unidos da América do Norte, Noruega, Índia, Japão e, inclusive, países árabes. O aumento significativo das produções acadêmicas sobre a educação em direitos humanos nos últimos dez anos aponta para a importância que o tema tem auferido por países de diferentes continentes e nas mais diversas culturas locais e mundiais.

Esta dissertação é estruturada em quatro capítulos de desenvolvimento.

No capítulo dois será realizada uma reflexão crítica sobre a universidade, o ensino jurídico brasileiro e a sua articulação com a significação do direito. Em relação à universidade, propõe-se a discussão sobre os saberes e o conhecimento em articulação ao poder, cuja base teórica é alicerçada no pensamento de Foucault (1996; 1998), Michael Apple, Wayne Au e Luís Gandin (2011), Chauí (2001), Fávero (2004), Morin (2000) e Giroux (2010). Alguns aspectos sobre a criação dos cursos de direito no Brasil no período imperial serão estudados, a exemplo da predominância de um público de classes mais abastadas; do enfoque para o exercício de cargos políticos e da administração pública; da influência das

---

<sup>9</sup> BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições de Educação Superior e cursos cadastrados**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

ciências positivistas; a centralização, manutenção e controle do ensino jurídico pelo governo federal. Além disso, serão abordadas algumas modificações normativas ocorridas a partir da ditadura militar e que impactaram na universidade e no ensino jurídico; as funções e as influências da OAB nos cursos do direito, da aprendizagem nos cursos de direito e dos estudantes de direito, futuros excedentes de cargos essenciais à função burocrática estatal brasileira. A análise crítica abordada nesse capítulo ancora-se, ainda, na premissa teórica de que os desafios existentes quanto ao ensino jurídico e sua aprendizagem apresentam uma estreita vinculação aos contornos positivistas, dogmáticos e tecnicistas do direito. Os fundamentos teóricos a serem utilizados baseiam-se nas reflexões de Aurélio Wander Bastos (1978; 2000), Alexandre Bernardino Costa (1992) e nos Documentos Parlamentares n.º 122 (BRASIL, 1977), no que tange à criação dos cursos de direito; Horácio Wanderlei Rodrigues, Eliane Botelho (2002), Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka (2004), Luis Alberto Warat (1982; 1988), José Geraldo de Sousa Júnior (2015), Roberto Lyra Filho (1980; 1982) e Antônio Carlos Wolkmer (2001), acerca das reflexões críticas quanto ao ensino jurídico e ao direito.

No capítulo três serão abordados os pressupostos teóricos e normativos que fundamentam os direitos humanos e a educação em direitos humanos. Num primeiro momento, serão apresentadas reflexões sobre os direitos humanos prestigiando-se o pensamento de David Sánchez Rubio (2014), Helio Gallardo (2014), James W. Nickel (1987), Slavoj Žižek (2010), Lindgren Alves (2005) e Boaventura de Sousa Santos (2006). As limitações da perspectiva normativa e pós-violatória, o imaginário oficializado, a anestesia, a revalorização do contexto sócio histórico, a emancipação e as sentimentalidades constituem a discussão sobre os direitos humanos. Em seguida, será analisada a educação em direitos humanos, considerando a sua importância para os processos formativos do estudante de direito. Para tanto, será analisada a sua concepção político-normativa, observando-se o contexto internacional – a DUDH (1948), a Declaração e Programa de Ação de Viena (1993), os Programas Mundiais para a Educação em Direitos Humanos e o Pacto Interamericano da OEA (2010). Numa segunda fase desse capítulo, será abordado o contexto nacional, considerando-se a fase pós-Constituinte, com a especial análise do Programa Nacional de Direitos Humanos I (1996) e II (2000), do PNEDH (2006), do Programa Nacional de Educação em Direitos humanos III (2009) e das DNEDH, sendo analisada também a retrospectiva político-histórico da educação em direitos humanos no Brasil a partir das reflexões de Nair Heloísa Bicalho de Sousa (2016) e Vera Candau (2000; 2008). Na última

etapa desse capítulo, será analisada a categoria analítica educação em direitos humanos de Paulo Carbonari (2007), José Geraldo de Sousa Junior (2015, 2016) e Abraham Magendzo (2006, 2014), tendo em vista sua contribuição para o estímulo da potencia transformadora do estudante, tornando-se imprescindível à formação de sujeitos de direito.

No capítulo quatro, serão estudadas as concepções teóricas das representações sociais que, por sua vez, constituem o aporte teórico-metodológico da pesquisa. Serão analisadas as suas origens, as aproximações e os distanciamentos entre o pensamento de Durkheim (1970; 1996) e Moscovici (2001; 2003; 2012a e 2012b). Após, serão estudados alguns de seus aspectos históricos, com suporte nas reflexões de Robert M. Farr (2012), Sandra Jovchelovitch (2012) e Pedro Guareschi (2000, 2012), bem como serão aprofundadas as reflexões a partir de Denise Jodelet (2001, 2006, 2009a e 2009b). A escolha pela abordagem sociológica das representações sociais encontra sua base teórica nas reflexões de Maria Stela Grossi Porto (2006, 2010, 2015). Os desafios em relação à utilização das representações sociais na pesquisa social são abordados com base nas discussões propostas, especialmente, de Gonçalves e Sousa (2015). Outros aspectos serão abordados tal como a questão da identidade cultural (HALL, 2005), da construção social da realidade (BERGER E LUCKMANN, 2008) e a questão da complexidade das representações sociais (SANTOS, Et. ali, 2000, PEREIRA, CAMINO, 2003; GUARESCHI, 2000). Por último, serão discutidas algumas aproximações teóricas possíveis entre as representações sociais e o pensamento de Foucault (1996, 1998).

O capítulo cinco é destinado à apresentação da pesquisa de campo, sendo consignada a descrição dos instrumentos metodológicos utilizados, a importância da pesquisa qualitativa ao estudo das representações sociais, algumas considerações sobre a delimitação do objeto de estudo pelo aporte teórico-metodológico utilizado, os aspectos éticos da pesquisa, as informações atinentes à experiência como pesquisadora, a construção de narrativas dos sujeitos da pesquisa (FLICK, 2004; SCHWANDT, 2006), a descrição da vivência em sala de aula em algumas disciplinas do 9º e 10º semestre do curso de direito (período noturno), por fim, a apresentação dos resultados da análise de conteúdo realizada a partir de Isabel Guerra (2012), cujo percurso analítico segue influência etnográfica (HAMMERSLEY & ATKISON, 1994; MALINOWSKI 1978). Por intermédio da observação participante (BECKER, Howard, 1999; NETO; 2009; RICHARDSON, 1999), das entrevistas semiestruturadas (TRIVINOS, 2008), grupo focal (BACKES, et al., 2011; UW I-TECH, 2008) e das notas consignadas em

diário de campo (NETO, 2009), foram coletados dados para a investigação das representações sociais dos estudantes de direito sobre a formação universitária que vivenciam.

## CONCLUSÕES

Ao escrever as minhas primeiras linhas desta dissertação, acreditava que os desafios à educação em direitos humanos no ensino jurídico estariam circunscritos a sua práxis, ao que é vivido no curso de direito de uma instituição privada de ensino superior do Distrito Federal. Vislumbrava fronteiras imaginárias que delimitavam as experiências dentro do curso de direito e fora dele. Imaginava, ainda, um estudante encerrado num papel social de estudante; o professor, no papel social de professor; o ensino jurídico como uma estrutura social não comunicante e determinante, sendo o curso de direito o único responsável pela criação e reprodução de modelos conservadores e individualistas de estudantes de direito. A hipótese desta pesquisa, que foi parcialmente verificada, pautava-se nessas ideias que antecederam à minha inserção no campo.

A pesquisa de campo, entretanto, conduziu-me para horizontes mais amplos. Instigou-me incessantemente a olhar para além dos muros da universidade. A partir da vivência com os estudantes de direito, entendi que o ensino jurídico do curso de direito faz parte de um emaranhado de redes que envolve, concomitantemente, diferentes níveis hierárquicos, sujeitos e instituições sociais em torno de determinados saberes, discursos e práticas (FOUCAULT, 1998; 1996). As relações de poder e de saber representam uma constante em suas vivências nas mais variadas instituições e se imbricam de diferentes maneiras nas representações sociais dos estudantes. Nas ideias, valores e crenças compartilhados por eles sobre a formação universitária não está, apenas, a práxis vivenciada no ensino jurídico, mas também as experiências acumuladas em seu convívio familiar, em seu estágio (obrigatório e não obrigatório) e nas redes digitais do *Facebook*, *Instagram* e *Whatsapp*. As visões de mundo sobre a formação universitária que são compartilhadas pelos estudantes transitam em teias, onde o ensino jurídico é mais uma dessas instâncias sociais.

O estudante de direito não é, portanto, apenas um estudante que se despe de outras dimensões e experiências ao sentar na cadeira de uma das salas do curso de direito. O estudante é também filho, é estagiário, é um avatar da cultura da virtualidade real (BRITO ALVARADO; CAPITO ALVAREZ, 2016; CASTELLS, 2005). Essas experiências, que são vivenciadas fora dos espaços físicos do curso de direito, integram a sua formação universitária sem que o ensino jurídico tenha ingerência ou dê permissão para essa intromissão. Essas dimensões que foram constadas nesta pesquisa parecem constituir o estudante de direito da contemporaneidade. Entendo possível que a fragmentação da identidade cultural do sujeito



pós-moderno que foi visualizado por Hall (2005) pode estar articulada a esse panorama, que sinaliza para uma maior complexidade das relações entre sujeitos e estruturas sociais.

Essas “intromissões” inevitáveis na formação universitária do estudante de direito remetem, por sua vez, a duas questões desafiadoras. A primeira delas trata da necessidade do curso de direito reconhecer seus estudantes como sujeitos que são constituídos por múltiplas dimensões. A formação universitária que se entende ideal não deve fechar os olhos, nem se esquivar dessa tarefa, limitando-se a uma relação estudante-instituição de ensino ou, na pior das hipóteses, estudante-consumidor e empresa de ensino. Acredito que o curso de direito deve buscar novas alternativas para lidar com os desafios da contemporaneidade que despontam à educação superior e ao percurso formativo do estudante do século XXI.

Ademais, ao tempo que se verifica a intensidade das intromissões de outras instituições sociais na formação universitária dos estudantes desta pesquisa, questiona-se se não há uma “ausência” do curso de direito como uma instituição que serve de referência central para o aprendizado de conhecimentos e habilidades dos estudantes de direito. Nesta pesquisa, verificou-se o quanto os aprendizados em sala de aula e as relações entre estudantes e professores têm sido preteridos face as vídeo aulas (com um professor *entertainer*), aos conteúdos da internet, às leituras autodidatas de lei “seca” e ao aprendizado do direito pela prática, sobretudo nas relações de estágios fora da extensão universitária, onde não há acompanhamento da instituição superior de ensino.

A “ausência” do curso de direito também quanto a despertar no estudante de direito outras formas de perfis profissionais sinaliza para um esvaziamento significativo de sua missão social e política. Essa ausência, que parece se deflagrar de um envolvimento superficial com o estudante, suas demandas e experiências acumuladas, ao contrário de não produzir qualquer efeito, corrobora para a consolidação de uma mesma práxis jurídica que permeia o “mundo do direito”.

É provável que a crescente mercantilização do ensino superior, na qual os cursos de direito servem como chamariz para novos consumidores-estudantes, acabem por fortalecer essa superficialidade na formação universitária, especialmente nas instituições privadas de ensino superior do Brasil. Aliado a isso, não se pode olvidar ainda que essas “ausências” na formação universitária dos estudantes podem se constituir estratégias bemvindas à manutenção de um *status quo* de dominação social de grupos conservadores que atuam no corpo-a-corpo e nas mídias digitais (GIROUX, 2010; KOEHLER, SANTOS, 2016).

Os desafios à educação em direitos humanos no ensino jurídico não se limitam às suas “ausências” na formação universitária do estudante de direito. A práxis existente no curso de direito também se inserem nesses desafios, obstaculizando o desenvolvimento do perfil crítico e humanista dos estudantes.

A partir de suas representações sociais sobre a formação que vivenciam em determinado curso de direito do Distrito Federal, observou-se um aprendizado de hierarquias sociais que são assimilados pelos estudantes em sala de aula. A relação verticalizada com seus professores, onde se verifica o medo de reprovação e de retaliações, impede a construção de espaços permanentes de reflexão e ação crítica no curso de direito. Os cargos que alguns professores exercem fora da instituição de ensino parecem intensificar o medo dos estudantes, além de corroborar para um aprendizado de hierarquia pelos cargos públicos das atividades voltadas à justiça.

O dogmatismo, o positivismo, o legalismo, o tecnicismo e o senso comum teórico de Warat (1982) também foram observados nas narrativas dos estudantes, que acabam por partilhar sentidos superficiais e mutiladores sobre o direito. Por sua vez, a compreensão sobre os direitos humanos parece seguir tendência igualmente preocupante. Verificou-se uma ênfase dos estudantes nos direitos individuais, mas também uma ausência de identificação deles com a responsabilidade pela proteção dos direitos humanos.

Para os estudantes, o curso de direito não aborda satisfatoriamente os temas de direitos humanos. A disciplina de direitos humanos, que é optativa no currículo do curso, é reconhecida por eles como uma oportunidade para aprofundamento sobre o tema, o que, por conseguinte, pode sinalizar também uma carência de transversalidade de temas de direitos humanos na própria grade curricular.

A construção de sujeitos pluridimensionais (CARBONARI, 2007) é inviabilizada no curso de direito a partir do momento em que há segregações de mundos pelo saber jurídico, na qual estudantes de direito se identificam pela pertença no “mundo do direito” e pela oposição aos outros e ao “mundo dos outros”. O saber jurídico, que é credenciado pelo ingresso do estudante no curso de direito, implica subdivisão de mundos sociais. A forma naturalizada com que os estudantes de direito compartilham ideias, valores e crenças a esse respeito revela um cenário entristecedor e que necessita ser refletido pela instituição de ensino. Embora não seja o curso de direito o único responsável por consolidar essa visão de mundo, entendendo que, por sua função social e política, urge a necessidade de que parta dele uma (re) significação de valores, fortalecidos no compromisso com a cultura de direitos humanos. É no percurso

formativo que se deve semear reflexões críticas dos estudantes de direito para que possam identificar, nessas naturalizações que se imbricam aos discursos do “mundo do direito”, o abismo que nos separa de nossas missões como cidadãos e profissionais das carreiras jurídicas para a transformação social.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. In: OLIVEIRA, R.P.; SANTANA, W. (Orgs.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília-DF: UNESCO, 2010.

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** E outros ensaios. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó-SC: Argos, 2009.

AGUIAR, Roberto A. R. **Habilidades: ensino jurídico e contemporaneidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. Adolescentes em manchete (policial). IN: PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Ignez C. B.; BARRETO, Frederico Flósculo Pinheiro (Orgs.). **Brasília: dimensões da violência urbana**. Brasília: Universidade de Brasília. 2005. p. 219-249.

ALMEIDA, Geraldo José de. As representações sociais, o imaginário e a construção social da realidade. In: SANTOS, Maria de Fátima de Santos; ALMEIDA, Leda Maria (Orgs.). **Diálogos com a teoria das representações sociais**. Pernambuco: UFPE, 2005. p. 39-77.

ALVES, Lindgren. **Os direitos humanos como tema global**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os direitos humanos na pós-modernidade**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

AMARAL, Alberto Carvalho. **A violência doméstica a partir do olhar das vítimas: reflexões sobre a lei Maria da Penha em juízo**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

ANIYAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia da Reação Social**. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

APOSTOLOVA, Bistra. **Perfil e habilidades do jurista: razão e sensibilidade**. Faculdade de Direito da UnB. *Notícia do Direito Brasileiro*, Brasília, n. 5, 1998.

APPLE, Michael W.; AU, Wayne; GANDIN, Luís Armando. O mapeamento da Educação crítica. **Educação Crítica: análise internacional**. Tradução Vinicius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2011.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARRUDA, Ângela. Representando a alteridade: abordagens psicossociais. In: ARRUDA, Ângela (Org.); et al. **Representando a alteridade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998. p. 11-16.

BACKES, Dirce Stein; COLOMÉ, Juliana Silveira; ERDMANN, Rolf Herdmann; LUNARDI, Valéria Lerch. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O mundo da Saúde**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 438-442, out/dez 2011.

BANDEIRA, Maria Lourdes. **Patriarcado e Violência masculina: crimes de morte como construção pública**. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt27-11/3517-lbandeira-patriarcado/file>> . Acesso em: 10 mai. 2017.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro técnico. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BASTOS, Aurélio Wander. **O Ensino jurídico no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os cursos jurídicos e as elites políticas brasileiras**. Ensaio sobre a criação dos cursos jurídicos. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.

BAUMAN, Zigmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Tradução Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em ciências sociais**. 4. ed. Tradução Marco Estevão Renato Aguiar. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **Truques e Segredos da Pesquisa**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rev. Tec. Karina Kuschnir. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BELL, Judith. **Como realizar um projecto de investigação**. Um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação. Trad. Maria João Cordeiro. Portugal: Gradiva, 1993.

BELMONTE, Luciana Lombas. Os direitos humanos do século XXI e a Declaração Universal dos Direitos Humanos: reflexões sobre as limitações da perspectiva normativa. In: Macedo, Aldenora et al. (Orgs.). **Direitos Humanos**: diversas abordagens. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2016.

BERGER, Peter L.; Luckmann, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Tradução Floriano de Souza Fernandes. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BINDÉ, Jérôme. Complexidade e Crise da Representação. Tradução Marcos Demoro. In: MENDES, Cândido (Org.). **Representação e Complexidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 7-23.

BITTAR, Eduardo C. B.. Razão e afeto, justiça e direitos humanos: dois paralelos cruzados para a mudança paradigmática. Reflexões frankfurtianas e a revolução pelo afeto. **Revista Mestrado em Direito**, Osasco-SP, Ano 8, n. 1, p. 99-128, 2008.

\_\_\_\_\_. Educação e metodologia para os direitos humanos: cultura democrática, autonomia e ensino jurídico. In: **Educação em Direitos humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

\_\_\_\_\_. Crise da ideologia positivista: por um novo paradigma pedagógico para o ensino jurídico a partir da escola de Frankfurt. In: **XV Congresso Nacional do Conpedi**, 2007, Florianópolis. Sociobiodiversidade e soberania na Amazônia. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

\_\_\_\_\_, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BORGES, Maria Creusa de Araújo. **Princípios Norteadores da Educação em Direitos humanos na Instituição Universitária**. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/vj/article/view/14886/8445>> Acesso em: 10 jul. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil**. Documentos parlamentares, 122. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1977.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos humanos, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo revela aumento do número de formandos em licenciatura**. Janeiro, 2011. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content &view=article&id=16226](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16226)>. Acesso em: 3 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições de Educação Superior e cursos cadastrados. 2014**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). **Sinopses Estatísticas da Educação Superior - Graduação**. 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> Acesso em: 17 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). **Resultados do Censo de Educação Superior 2013**. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/centso\\_superior/apresentacao/2014/coletiva\\_censo\\_superior\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC e OAB assinam acordo para aprimorar cursos de direito.** Março, 2013. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=18533:mec-e-oab-assinam-acordo-para-aprimorar-cursos-de-direito&catid=212:educacao-superior](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18533:mec-e-oab-assinam-acordo-para-aprimorar-cursos-de-direito&catid=212:educacao-superior)>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Secretaria Câmara de Educação Superior. Disponível em: <[http://www.lex.com.br/legis\\_27470767\\_RESOLUCAO\\_N\\_3\\_DE\\_14\\_DE\\_JULHO\\_DE\\_2017.aspx](http://www.lex.com.br/legis_27470767_RESOLUCAO_N_3_DE_14_DE_JULHO_DE_2017.aspx)>. Acesso em 18 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Direitos humanos: capacitação de educadores.** Maria de Nazaré Tavares Zenaide (Org.). vol. 2. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Nacional de Educação (2001).** B-Educação Superior. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BRITO ALVARADO, Leonardo Xavier; CAPITO ALVAREZ, Susana Paola. Subjetividades on line: Entre la vigilancia y la autorreferencia global. Equador, **Sociología y Tecnociencia**, [S.l.], v. 2, n. 6, p. 17-29, jan. 2017. ISSN 1989-8487. Disponível em <<https://revistas.uva.es/index.php/sociotecn/article/view/657>>. Acesso em 26 jun. 2017.

BUARQUE, Cristovam. **A aventura da universidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BURGUESS, Robert G. **Pesquisa de terreno:** uma introdução. Tradução Eduardo de Freitas, Maria Inês Mansinho. Oeiras: Celta, 2001.

CAMPELLO, Fernanda Krauss. **A Justiça de Trasímaco.** 2016.73 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; et al. **Educação em direitos humanos e formação de professores (as).** São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. Educação em Direitos humanos: concepções e metodologias. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; DIAS, Adelaide Alves (Orgs.). **Direitos humanos na educação superior:** subsídios para a educação em Direitos humanos na Pedagogia. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

\_\_\_\_\_. Educação e Direitos humanos, currículo e estratégias pedagógicas. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves (Orgs.). **Direitos humanos:** capacitação de educadores. Fundamentos culturais e educacionais de Educação em Direitos humanos. v. 2. João Pessoa: UFPB, 2008.

\_\_\_\_\_. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (Orgs.); et al. **Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. Educação em direitos humanos no Brasil: realidade e perspectivas. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educar em direitos humanos: construir democracia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CARBONARI, Paulo C. A formação do sujeito de direitos humanos pela educação: bases ético-filosóficas da educação em direitos humanos. **Revista Conjectura: filosofia e educação**. Caxias do Sul-RS, v. 20, n. especial, p. 14-38, 2015.

\_\_\_\_\_. Sujeitos de direitos humanos: questões abertas e em construção. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (Orgs.); et al. **Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Brasília: CNPQ, 1988.

CARVALHO, Thiago Fabres de; GOULART, Juliana Ribeiro. Direitos humanos, Ensino Jurídico e Sensibilidade Democrática. **Revista de Direito do Cesusc**, n.2. jan/jun. 2007.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Tradução Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. v.1, 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASTRO, Gilda de. **Professor submisso, aluno cliente: reflexões sobre a docência no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CLAUDE, Richard Pierre. Direito à educação e educação para os direitos humanos. **SUR – Revista Internacional de Direitos humanos**, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 37-66, 2005.

COM REPROVAÇÃO recorde, Exame da OAB recebe recursos até esta terça. **G1. Educação**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/03/com-reprovacao-recorde-exame-da-oab-recebe-recursos-ate-esta-terca.html>> Acesso em: 9 jul. 2017.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

COSTA, Alexandre Bernardino. **Ensino Jurídico: disciplina e violência simbólica**. 1992. 276f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.



DA SILVA, Ademir Luiz; SILVA, Lorena Borges; DOS SANTOS, Valdeir Cesário. Direitos humanos, ensino e extensão universitária: uma análise da 9a. Mostra cinema e direitos humanos no hemisfério sul da UEG. **Fragmentos de cultura**, Goiânia, v. 25, n. 4, p. 561-572, out./dez. 2015, 2015.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

\_\_\_\_\_. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DEMO, Pedro. **Educação e qualidade**. 10. ed. Campinas-SP: Papirus, 2006.

\_\_\_\_\_. **Professor do futuro e reconstrução do conhecimento**. 6. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

DENZIN, Normam K.; LINCOLN, Yvonna S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Normam K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 31-51.

DIAS, Carlos Eduardo Oliveira. **Liberdade, dignidade e emancipação: sentido da educação em direitos humanos em Paulo Freire**. Revista Mestrado em Direito, Osasco, EDIFIEO, Ano 12, n.1, jan./jul. 2012.

DIAS, Maria da graça dos Santos; AQUINO, Sérgio Ricardo Fernandes de; JESUS, Daíra Andréia de. **A semiologia do poder e o homem simbólico: referentes para uma (re) avaliação do direito**. Revista Jurídica, Blumenau-SC, v. 11, n. 22, p. 67-78, jul./dez. 2007.

DINIZ, Debora. **Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa**. 2. ed. rev. Brasília: Letras Livres, 2013.

DORNELLES, João Ricardo Wanderley. **Pontos para uma reflexão sobre a educação em direitos humanos**. Net. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/edh/ciedhtext/JoaoRicDornelles.pdf>>. Acesso em: 5 mai. 2014.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. O sistema totêmico na Austrália. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_. Representações individuais e Representações coletivas. In: DURKHEIM, Émile. **Sociologia e Filosofia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

ESTEVÃO, Carlos V. A nebulosa conexão do mercado e da ágora no n'ível dos direitos humanos e da justiça: encruzilhadas do ensino superior. In: CALIMAN, Geraldo (Org.). **Direitos Humanos na Pedagogia do Amanhã**. Brasília: Liber Livro, 2014. p. 101-132.

FARIA, José Eduardo. **A Reforma do ensino jurídico**. Porto Alegre: Fabris, 1987.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Autonomia e poder na universidade: impasses e desafios**. Florianópolis: Revista Perspectiva, 2004.

FGV PROJETOS. **O Exame de Ordem em números**. FGV Projetos, Rio de Janeiro, vol. II, out 2014. Atualizado: II ao XIII exame. Disponível em: <[http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/relatorio\\_2\\_edicao\\_final.pdf](http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/relatorio_2_edicao_final.pdf)> Acesso em: 9 jun. 2016.

FINE, Michelle; WEIS, Lois; WESSEN, Susan; WONG, Loonmun. Para quem! Pesquisa qualitativa, representações e responsabilidades sociais. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Trad. Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 115-140.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Trad. Joice Elias Costa. São Paulo: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Ideação**. Revista do centro de Educação e Letras, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, 2008, p. 41-62.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez, 1987.

GALLARDO, Hélio. **Teoria crítica: matriz e possibilidades de direitos humanos**. São Paulo: UNESP, 2014.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

\_\_\_\_\_. **Didática do Ensino Superior**. São Paulo: Atlas, 2012.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIROUX, Henry. Ensino superior, para quê? Tradução Elisabeth Seraphim Prosser. **Educar**, Curitiba, n. 37, p. 25-38, maio/ago, 1979.

GÓES JÚNIOR, José Humberto de. **“O que é Direito, para que possa ensiná-lo?” Reflexos da percepção dos sujeitos sobre o direito para o “ensino jurídico” e para os direitos humanos**. 2015. 379 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. **Educação Jurídica e Direitos humanos: Para que operadores jurídicos na sociedade?** Fortaleza: CONPEDI, 2010.

GOMES, Romeu. A Análise de dados em pesquisa qualitativa. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 9-30.

GONÇALVES; Helenice Maia; SOUSA, Clarilza Prado de. Articulações entre representações sociais e subjetividade: um estudo sobre a produção nacional 2000 e 2010. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, América do Norte, v. 12, n. 27. 2015. p. 258-288.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. Tradução Roberto Cataldo Costa. 2. ed. Porto Alegre: 2012.

GUARESCHI, Pedrinho A. O fenômeno da comunicação hoje. In: GUARESCHI, Pedrinho A (Org.). **Os construtores de informação: meios de comunicação, ideologia e ética**. Petrópolis: Vozes, 2000b. p. 37-45.

\_\_\_\_\_. Representações sociais: avanços teóricos e epistemológicos. **Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia**. Temas em Psicologia da SOB. v. 8, n. 3, 2000a. p. 249-256.

\_\_\_\_\_; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 13. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012. p. 17-24.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo**. Sentidos e formas de uso. Portugal: Principia, 2010.

GUIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Tradução Ronaldo Cataldo Costa. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GUIMARÃES-IOSIF, Ranilce; ZARDO, Sinara Pollom; SANTOS, Aline Veiga dos. (Orgs.). **Educação Superior conjunturas, políticas e perspectivas**. Brasília: Liber Livro, 2015.

GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação como práxis política**. São Paulo: Summus, 1988.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HAMMERSLEY, Martyn; ATKISON, Paul. **Etnografía. Métodos de investigación**. 2. ed. Barcelona: PAIDÓS, 1994.

HERRERA FLORES, Joaquin. **La Reinención de los Derechos Humanos**. Edita Atrapasueños, Colección Ensayando. Andalucía, España, 2008.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Ensino jurídico no Brasil: desafios para o conteúdo de formação profissional. **Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos, Divisão Jurídica**, Bauru, n. 40, p. 421-437, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos – uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> Acesso em: 13 jul. 2017.

JODELET, Denise. Recentes desenvolvimentos da noção de Representações nas Ciências Sociais. IN: ALMEIDA, Ângela; JODELET, Denise. (Orgs.) **Interdisciplinaridade e Diversidade de paradigmas**. Brasília: Thesaurus, 2009a.

\_\_\_\_\_. O movimento do retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, set./dez 2009b. p. 679-712.

\_\_\_\_\_. Presença da cultura no campo da saúde. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; et al. (Orgs.). **Violência, exclusão social e desenvolvimento humano**. Estudos em representações sociais. Brasília: UnB, 2006. P. 75-109.

\_\_\_\_\_. Representações sociais: um domínio em expansão. IN: JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 17-42.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo com os outros. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 13. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012b.

JUNQUEIRA, Lília. A noção de representação social na sociologia contemporânea. **Estudos de Sociologia**, Araquara, 18/19, 2005, p. 145-161.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Tradução João Baptista Machado. 6. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1999.

KINCHELOE, Joe L.; MCLAREN, Peter. Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Normam K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. P. 281-313.

KOBERSTEIN, Evandro Leo. Do cidadão ao cibercidadão: estudo de caso sobre o engajamento dos cidadãos no facebook durante o processo de impeachment da presidente Dilma rousseff-primeiros apontamentos. **Anais do Interprogramas Secomunica**, n. 1, 2017. Disponível em <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/AIS/article/download/7867/4879> Acesso em 26 jun. 2017.

KOEHLER, Sonia Maria Ferreira; SANTOS, Daniérverson Tadeu Dantas dos. Percepção dos alunos universitários de direitos, justiça e convivência: uma visão do Vale do Paraíba Paulista. In: Caliman, Geraldo; VASCONCELOS, Ivar César Oliveira de (Orgs.). **Juventude Universitária: Percepções sobre a Justiça e Direitos Humanos**. Brasília: Liber Livro, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald. **Investigação qualitativa**: fundamentos e práticas. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2011.

LOMBARDI, José Claudinei. Apresentação. In: LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação**: história, filosofia e temas transversais. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador: UnC, 2001.

LOURENÇO, Clície Aparecida Pereira. **Educação em direitos humanos no ensino superior**: estratégias políticas, teóricas e metodológicas. Porto Alegre-RS, v.8, n.1, p. 83-100, jan./jul. 2015.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é o direito**. São Paulo: Brasiliense, 1982. Disponível em: <<http://www.faculdadearaguaia.edu.br/site/servicos/downloads/colecao/direito.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Direito e Avesso**. Rio de Janeiro: Boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira, 1982b.

\_\_\_\_\_. **O Direito que se Ensina Errado**. Brasília: Centro Acadêmico de Direito da UnB, 1980.

MACHADO, Fernando Luís; et al. Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 66. 2003. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/66/RCCS66-045-080-ISCTE.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

MACHADO, Laeda B.; et al. **Ser professor:** elementos consensuais das representações sociais de docentes em início de carreira. Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, Campo Grande, v. 21, n. 41, Série Estudos da UCDB, p. 97-110, 2016.

MACHADO JÚNIOR, Luiz Bosco Sardinha, CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte. Possibilidades de diálogo entre o conceito de ideologia em bakhtin e a teoria das representações sociais. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 1, n. 2, dez. 2012, p. 93-111.

MACIEL, Richard Crisóstomo Borges; FALEIROS, Thaísa Haber. **A proposta pedagógica de Luís Alberto Warat para o ensino jurídico.** Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=36d7534290610d9b>> Acesso em: 10 jul. 2017.

MAGALHÃES, Maria Cecília C. A linguagem na formação de professores reflexivos e críticos. In: MAGALHÃES, Maria Cecília C (Org.). **A formação do professor como um profissional crítico: linguagem e reflexão.** Campinas: Mercado de Letras, 2004.

MAGENDZO, Abraham K; PAVEZ BRAVO, Jorge. Derechos humanos en los lineamientos curriculares referidos a la Formación Ciudadana. **Praxis Educativa**, Argentina, v. 20, n. 1, p. 13-27, 2016.

MAGENDZO, Abraham. **De miradas y mensajes a La educación en Derechos Humanos.** Santiago: LOM Ediciones, 2004.

\_\_\_\_\_. **Educación en derechos humanos:** um desafio para los docentes de hoy. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

\_\_\_\_\_. La educación em derechos humanos y la justicia social en educación. In: RODINO, Ana Maria; et al. (Orgs.). **Cultura e educação em direitos humanos na América Latina.** João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

MAGRI, Cledir Assírio. **A educação em direitos humanos:** uma abordagem a partir de Paulo Freire. Revista Espaço Pedagógico, Passo Fundo, UPF, v. 19, n. 1, jan./jun. 2012.

MALINOVSKI, Branislau Kasper. **Os Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos ativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia.** Tradução Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MANTELLATTO, Laura Meira Bonfim. As vivências de morar só em interface com a pós-modernidade: perspectivas de jovens universitários. **Rev. Psicol. UNESP**, Assis, v. 15, n.

1, p. 70-81, jan. 2016 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-90442016000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442016000100006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 13 jul. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARIZ, Ricardo Spindola; SILVA NETO, Urbano Gomes da. Educação Superior no Brasil e o movimento pendular entre a casa do saber para poucos e a fábrica de diplomas para muitos. In: GUIMARÃES-IOSIF, Ranilce; ZARDO, Sinara Pollom; SANTOS, Aline Veiga dos. (Orgs.). **Educação Superior conjunturas, políticas e perspectivas**. Brasília: Liber Livro, 2015.

MARKOVA, Ivana. A fabricação da teoria das representações sociais. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, n. 163, p. 358-375, mar., 2017.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Tradução Carlos Alberto Silveira Netto Soares. E. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. Trad. Ana Prata. 3.ed. Lisboa: Estampa, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de S. Ciência, técnica e arte: o desafios da pesquisa social. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 67-80.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Rio de Janeiro: Caderno Saúde Pública, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOISÉS, Valquíria da Silva. **Do jeitinho Brasileiro ao Brazilian little way: uma leitura semiótica**. 2014. 194fls. Universidade de São Paulo - USP. Faculdade de Filosofia, Ciências e Humanas. Departamento de Letras Modernas. Programa de Pós-Graduação em estudos linguísticos e literários em inglês. Dissertação (Mestrado). São Paulo.

MONTEIRO, Antônio Miguel V.; AMARAL, Silvana. **Índices de Desenvolvimento e de desigualdade**. Abordagens espaciais em Estudos de População. Métodos analíticos e técnicas de Representação. INPE – Instituto Nacional de pesquisa espaciais. Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível em: <<http://www.ess.inpe.br/courses/lib/exe/fetch.php?media=cst-310-popea:aulas:13idhgini.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2015.

MONTORO, André Franco. **Introdução à ciência do direito**. 30. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MORDUCHOWIEZ, Alejandro; ARANGO, Aída. Desenho institucional e articulação do Federalismo educativo: experiências internacionais. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (Orgs.). **Educação e federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2007.

\_\_\_\_\_. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução Catarina Eleonora F. Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

MOSCOVICI, Serge. Prefácio. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 13. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012b. p. 7-15.

\_\_\_\_\_. Representações sociais: um conceito perdido. In: MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. Das Representações coletivas às Representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 45-66.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Após 20 anos da Conferência de Viena, direitos humanos são mais importantes do que nunca, diz ONU**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/apos-20-anos-da-conferencia-de-viena-direitos-humanos-sao-mais-importantes-do-que-nunca-diz-onu>> . Acesso em 17 jul. 2017.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL.. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Ranking IDH Global 2013**. Relatório de Desenvolvimento Humanos 2014. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2013.aspx>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL.. **Relatório Global de Estudo de Homicídio de 2013**. <[http://www.unodc.org/documents/gsh/pdfs/2014\\_GLOBAL\\_HOMICIDE\\_BOOK\\_web.pdf](http://www.unodc.org/documents/gsh/pdfs/2014_GLOBAL_HOMICIDE_BOOK_web.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2016.

NASPOLINI SANCHES, Samyra Haydêe Del Farra; HORITA, Fernando Henrique da Silva. **O desafio do ensino jurídico na modernidade de Bauman**: a formação de juristas frateros. Metodologia e Ensino do Direito. 1. ed., p. 383-413. Florianópolis: FUNJAB, 2013.

NATALINO, Marco A.; ANDRADE, Carla C. de Andrade; DUARTE, Bruno C.; CASTRO, Paulo. Constituição e política de direitos humanos: antecedentes, trajetórias e desafios. In: IPEA/ Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. **Vinte anos de Constituição Federal. Políticas Sociais**: acompanhamento e análise, n. 17, v. 3, 2010.



NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 51-66.

NICKEL, James W. **Making sense of human rights: philosophical reflections on the universal declaration of human rights**. Berkeley: University of California, 1987.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. O Campo da Pesquisa Qualitativa e o Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS). **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, vol. 20, n. 1, pp. 65-73. 2007.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de pierre bourdieu: limites e contribuições. **Revista Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 78, p. 15-36, abri. 2002.

O ENSINO JURÍDICO está doente: qual o remédio?. **Justilex**, Brasília, n. 28, p. 12-18, abr. 2004.

OBSERVATÓRIO da Imprensa entrevista o sociólogo Zygmunt Bauman. Direção: Emília Ferraz. Editor responsável e apresentador: Alberto Dines. Rio de Janeiro: TV Brasil, 2015. Entrevista com Zygmunt Bauman, 52'24". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kM5p8DqgG80>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

OLIVEIRA, Assis da Costa. **Duas democratizações necessárias na educação em direitos humanos**: reflexões sobre uma experiência. Revista Faculdade de Direito UFG, Goiânia, UFG, v. 35, n. 1, jan./jun. 2011.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Diretrizes metodológicas freireanas e a educação jurídica popular. **Revista InSURgência**. Ano 1. V.1. n.1. jan/jun 2015. Brasília: InSURgência, 2015.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: Oliveira, Paulo de Salles (Org.). **Metodologia das Ciências Humanas**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. CONSELHO FEDERAL. **Brasil, sozinho, tem mais faculdades de Direito que todos os países**. Outubro, 2010. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/noticia/20734/brasil-sozinho-tem-mais-faculdades-de-direito-que-todos-os-paises>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

PEQUENO, Marconi José P. A filosofia dos direitos humanos. In: TOSI, Giuseppe (Org.). **Direitos humanos**: História, teoria e prática. João Pessoa: UFPB, 2004. p. 352-391.

PEREIRA, Ana Carolina Reis. Os novos movimentos sociais e a educação em direitos humanos nas ações e políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Revista entreideias**. v. 4. n.1. jan/jun. 2015. Salvador: entreideias, 2015.

PEREIRA, Cícero; CAMINO, Leoncio. Representações sociais, envolvimento nos Direitos Humanos e ideologia política em estudantes universitários de João Pessoa. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 16, n. 3, p. 447-460, 2003.

PETRY, Alexandre Torres. Antígona e o ensino jurídico: convite à educação reflexiva, crítica, emancipadora e transformadora. **Revista Diálogos do Direito**, Cachoeirinha, Cesuca, v. 5, n. 8, jul. 2015.

PFAFF, Nicolle. Etnografia em contextos escolares: pressupostos gerais e experiências interculturais no Brasil e na Alemanha. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (Orgs.). **Metodologia da pesquisa qualitativa em educação. Teoria e Prática**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010. p. 257.

POLIT, D.F.; BECK, C.T. Generalization in quantitative and qualitative research: Myths and strategies. **International Journal of Nursing Studies**, v. 47, n. 11, pp. 1451-1458. 2010.

POMBO-DE-BARROS, Caroline Fernandes; ARRUDA, Angela Maria Silva. Afetos e Representações Sociais: contribuições de um diálogo transdisciplinar. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. 2, abr./jun., p. 351-360, 2010.

PORTO, Maria Stela Grossi. Fluxos e dinâmicas do sistema de justiça criminal nas representações sociais dos operadores envolvidos. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo, v. 9, n. 1, p. 82-100, fev./mar., 2015.

\_\_\_\_\_. **Sociologia da violência**. Brasília: Verbana, 2010.

\_\_\_\_\_. Crenças, valores e representações sociais da violência. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez., p. 250-273, 2006.

PRADO, Edna Cristina do; SANTOS, Clecia Maria do; PEREIRA JÚNIOR, Antônio Miguel. **Pós-graduação stricto sensu em Direito: onde e como se forma o docente dos cursos de graduação**. Brasília: RBPG, 2016.

RAMENZONI, Gabriela Lima. **A construção de uma cultura jurídica: análise sobre o cotidiano do bacharel na academia do largo de São Francisco entre 1857-1870**. Dissertação (Mestrado em Direito). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

RAYO, José Tuvilla. **Educação em direitos humanos: rumo a uma perspectiva global**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RÊSES, Erlando da Silva; COSTA, Danúbia Régia da. A política pública de Educação em Direitos humanos e formação de professores. **ARACÊ – Direitos humanos em Revista**, Ano 2, n. 2, mai. 2015.

REY, Fernando González. **Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. Trad. Raquel Souza Lobo Guzzo. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social - Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. JUNQUEIRA, Eliane Botelho. **Ensino do direito no Brasil: diretrizes curriculares e avaliação das condições de ensino**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.

ROMAN, Joel. Autonomia e vulnerabilidade do indivíduo moderno. In: MORIN, Edgar; PRIGOGINE, Ilya; Et. Ali. **A Sociedade em busca de valores. Para fugir à alternative entre o cepticismo e o dogmatismo**. Lisboa: Instituto PIAGET, 1998.p. 39-49.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SACAVINO, Susana. Educação em direitos humanos e democracia. In: SACAVINO, Susana (Org.). **Educar em direitos humanos: construir democracia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANCHEZ RUBIO, D. **Encantos e desencantos dos direitos humanos: de emancipações, libertações e dominações**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

\_\_\_\_\_. Pluralismo jurídico e emancipação social. In: Wolkmer, Antonio Carlos; Et. ali (orgs). **Pluralismo jurídico: os novos caminhos da contemporaneidade**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS, André Luiz Lopes dos. **Ensino Jurídico: Uma abordagem político-educacional**. Campinas: Edicamp, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma concepção intercultural de direitos humanos**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. Porto: Edições Afrontamentos, 1995.

SANTOS, Geovane Tavares dos; DIAS, José Manuel de Barros. Teoria das representações sociais: uma abordagem sociopsicológica. **PRACS: Revista eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 8, n. 1, jan./jun. 2015. p. 173-187.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza (Coord.); ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira; ARRUDA, Ângela; Et. ali. Representações sociais: questões teóricas e metodológicas. **Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia – ANPEPP**, Grupo de Trabalho 16, 2000. Disponível em: <http://www.infocien.org/Interface/Simpos/An08T28.pdf> Acessado em 14 jul. 2017.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas Públicas. Coletânea**. v. 1. Brasília: ENAP, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. Mark Tushnet e as assim chamadas dimensões ("gerações") dos direitos humanos e fundamentais: breves notas. **Revista Estudos Institucionais**, v. 2, n. 2, p. 498-516, 2017.

SCHWANDT, Thomas A. Três posuras epistemológicas para a investigação qualitativa. Interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, Normam K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Trad. Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 193-217.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: traficantes de sueños, 2016.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Família, escola e mídia: um campo com novas configurações. **Educação e pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 107-116, 2002.

SHARMA-BRYMER, Vinathe. Reflexões sobre pós-colonialismo e educação: tensões e dilemas de uma vivenciadora. In: COWEN, Robert; KAZAMIS, Andreas M.; ULTERHALTER, Elaine (Orgs.). **Educação comparada: panorama internacional e perspectivas**. Brasília: UNESCO, CAPES, 2012. p. 15-30.

SILVA, Frederico Augusto Barbosa da; ARAÚJO, Herton Ellery. **Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania**. Brasília: IPEA, 2010.

SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; SANCHES, Samira Haydêe Dal Farra Napolini. A reprodução do paradigma dogmático da ciência do direito no ensino jurídico e a necessidade de mudanças na Pesquisa Jurídica, que permitam uma efetiva educação jurídica. In: SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; et al. **Educação Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SIMÕES, Isabella de Araújo Garcia. A Sociedade em Rede e a Cibercultura: dialogando com o pensamento de Manuel Castells e de Pierre Lévy na era das novas tecnologias de comunicação. **Revista eletrônica temática**. a. V, n. 5, p. 1-11, 2009.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. **Retrospectiva histórica e concepções da educação em e para os direitos humanos**. In: Pulino, Lúcia Helena Cavasin Zabotto; et al. (Orgs.). **Educação em e para os direitos humanos**. Brasília: Paralelo 15, 2016.

\_\_\_\_\_. **Trabalhadores pobres e cidadania: a experiência da exclusão e da rebeldia na construção civil**. Uberlândia: EDUFU, 2007.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. **Direito como liberdade: o direito achado na rua**. Porto Alegre: Sérgio F. editor, 2011.

\_\_\_\_\_. **Educação em direitos humanos na formação dos profissionais de direito: novas perspectivas a partir do ensino jurídico**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/educa%C3%A7%C3%A3o-em-direitos-humanos->

na-forma%C3%A7%C3%A3o-dos-profissionais-de-direito-novas-perspectivas-pa>. Acesso em: 20 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **O Direito Achado na Rua: concepção e prática**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

\_\_\_\_\_; SOUSA, Nair Heloísa de; et al.. **Educando para os Direitos humanos. Pautas Pedagógicas para a Cidadania na Universidade**. Brasília: Editora Síntese, 2003.

\_\_\_\_\_. Algumas questões relevantes para a compreensão dos direitos humanos: problemas históricos, concretos e de aplicação. In: Pulino, Lúcia Helena Cavasin Zabotto; et al. (Orgs). **Educação em e para os direitos humanos**. Brasília: Paralelo 15, 2016.

SOUZA, Ana Izabel Jatobá de; ERDMAN, Alacoque Lorenzini. Percepção – uma reflexão teórica a partir da filosofia de Maurice Merleau-Ponty. **Revista Bahiana de Enfermagem**. Salvador, v. 18, n. 1/2, jan./ago. 2003. p. 75-87.

TEODORO, Antônio; TORRES, Carlos Alberto. Crítica e utopia: novos desenvolvimentos na Sociologia da Educação emergentes neste início de século XXI. In: TEODORO, Antônio; TORRES, Carlos Alberto (Orgs.). **Educação crítica & utopia: perspectiva para o século XXI**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 7-15.

TORRES, Carlos Alberto. **Democracia, educação e multiculturalismo: dilemas da cidadania em um mundo globalizado**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

TORRES, Esteban. Poder, sociedad y economía en Manuel Castells, 1983-2003: Estudio sistemático de una relación, Espanha, **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], n. 102, p. 43-70, dez. 2013. Disponível em <https://rccs.revues.org/5448#authors>. Acesso em 26 jun. 2017.

TRINDADE, Hégio. Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. **Estudos avançados, Brasil: dilemas e desafios III**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 122-133, set./dez. 2000.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. A pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

TURATO, Egberto Ribeiro. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: Definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Revista Saúde Pública**, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 39. N. 3, p. 507-514. 2005.

TURNER H., Jonathan. **Sociologia. Conceitos e aplicações**. Tradução Márcia Marques Goes Navas. São Paulo: Makron Books, 2000.

UNITED NATIONS. **Drafting of the universal declaration of human right**. Disponível em: <http://research.un.org/en/undhr/draftingcommittee#s-lg-box-wrapper-3426141>. Acesso em 10 jul. 2017.

UNITED NATIONS. **Global Issues. Human Rights.** Disponível em: <<http://www.un.org/en/globalissues/humanrights>> Acesso em 10 jul. 2017.

UNITED NATIONS. **Plan of Action: World Programme for Human Rights Education: second phase.** Paris, 2012. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/Issues/Education/Training/WPHRE/SecondPhase/Pages/Secondphaseindex.aspx>>. Acesso em 10 jul. 2017.

UNITED NATIONS. **The Universal Declaration of Human Rights**, 1948. Disponível em: <<http://www.un.org/en/documents/udhr>>. Acesso em 10 jul. 2017.

UNITED NATIONS. **The Universal Declaration of Human Rights, 1948.** Disponível em: <<http://www.un.org/en/documents/udhr>>. Acesso em 10 jul. 2017.

UNITED NATIONS. **Vienna Declaration and Programme of Action, World Conference on Human Rights.** Vienna, 1993. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/vienna.asp>>. Acesso em 10 jul. 2017.

UNITED NATIONS. **Vienna Declaration and Programme of Action, World Conference on Human Rights.** Vienna, 1993. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/vienna.asp>>. Acesso em 10 jul. 2017.

UNIVERSITY OF WASHINGTON I-TECH (UW I-TECH). Organizar e Conduzir Grupos Focais: Um Guião de Implementação Técnica. Washington, 2008. Disponível em: <[http://www.go2itech.org/resources/technical-implementation-guides/1.TIG\\_Grupos\\_Focais\\_A4.pdf](http://www.go2itech.org/resources/technical-implementation-guides/1.TIG_Grupos_Focais_A4.pdf)>. Acesso em 10 jul. 2017.

VASCONCELOS, Ivar César Oliveira de. Jovens Estudantes universitários: (in) sensíveis aos Direitos Humanos? In: Caliman, Geraldo; VASCONCELOS, Ivar César Oliveira de (Orgs.). **Juventude Universitária: Percepções sobre a Justiça e Direitos Humanos.** Brasília: Liber Livro, 2016.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas** ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídicos no Brasil. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

VILCHES, Lorenzo. **La migración digital.** Tradução Maria Immacolata Vassallo de Lopes. São Paulo: Loyola, 2003.

WASELFSZ, Julio Jacobo. **MAPA DA VIOLÊNCIA 2015:** Adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2015.

WARAT, Luis Alberto. **Educação, Direitos humanos, Cidadania e Exclusão Social:** Fundamentos preliminares para uma tentativa de refundação. Disponível em: <<http://bit.ly/1tLh1Oz>>. Acesso em 10 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. O sentido comum teórico dos juristas. In: FARIA, José Eduardo (Org.). **A crise do direito numa sociedade de mudança.** Brasília: UNB, 1998. p. 31-42.

\_\_\_\_\_. Saber crítico e senso comum teórico dos juristas. **Sequência: estudos jurídicos e políticos**, v. 3, n. 5, p. 48-57, 1982.

WIKIHOW. **Como pensar como um Advogado**. Disponível em: <<http://pt.wikihow.com/Pensar-como-um-Advogado>> Acesso em 10 jul. 2017.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico. Fundamentos de uma nova cultura no Direito**. 3. ed. São Paulo: Alfa Omega, 2001.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. A educação em direitos humanos. In: TOSI, Giuseppe (Org.). **Direitos humanos: História, teoria e prática**. João Pessoa: UFPB, 2004. p. 159-196.

ZITKOSKI, Jaime José; TROBETTA, Sérgio. Ética e direitos humanos - um olhar da Filosofia sobre os desafios da educação contemporânea. In: HAMMES, Lúcio Jorge; SELAU, Bento (Orgs.). **Educação como estás?** Debates na trama de temas emergentes. Universidade Federal do Sul de Santa Catarina, Editora Univates.

ŽIŽEK, Slavoj. **Contra os Direitos humanos**. Trad. Sávio Cavalcante. Londrina: Mediações, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/6541/5947> Acesso em 10 jul. 2017.